

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO CIÊNCIAS SOCIAIS

Gisele Aparecida Rodrigues

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
a experiência de Foz do Iguaçu

Florianópolis

2023

Gisele Aparecida Rodrigues

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES
a experiência de Foz do Iguaçu

Trabalho Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Noemi Cucurullo de Caponi

Coorientadora: Prof.^a Alinne de Lima Bonetti

Florianópolis

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rodrigues, Gisele Aparecida

PROMOTORAS LEGAIS POPULARES : A experiência de Foz do
Iguaçu / Gisele Aparecida Rodrigues ; orientadora, Sandra
Caponi , coorientadora, Alinne da Silva Bonetti , 2023.
107 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Violência de Gênero. 3. Rede de
Mulheres. 4. Feminismo. 5. Educação Popular. I. , Sandra
Caponi. II. , Alinne da Silva Bonetti. III. Universidade
Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais.
IV. Título.

Gisele Aparecida Rodrigues

Promotoras Legais Populares: a experiência de Foz do Iguaçu

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharela” e aprovado em sua forma final pelo Curso Ciências Sociais

Florianópolis, 27 de março de 2023

Rodrigo da Rosa Bordignon, Prof.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Sandra Caponi, Prof.^a Dr.^a
Orientador (a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Alinne da Silva Bonetti, Prof.^a
Coorientador (a)
Universidade federal de Santa Catarina

Marcia da Silva Mazon, Prof.^a Dr.^a
Avaliador (a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Bárbara Amorim, Dr^a
Avaliador (a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Javier Ladrón de Guevara Marzal, Me.
Avaliador (a)
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho às duas mulheres que eu mais admiro no mundo e que para mim são a real definição de força, de empoderamento e de generosidade: Minha mãe Elisabete e minha irmã Francine.

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradeço imensamente:

Às minhas professoras e orientadoras, Prof.^a Sandra Caponi e Prof.^a Alinne de Lima Bonetti, que durante meses me acompanharam pontualmente e me deram todo o auxílio necessário para a elaboração do projeto.

À professora Danielle Araújo, antropóloga e professora adjunta da UNILA, em Foz do Iguaçu que, sem a sua participação, tão fundamental, este trabalho não teria sido possível, que me acolheu em minha ideia e me ouviu, incentivou e deu todo o suporte com as informações que eu necessitava, uma vez que nossa distância geográfica impedia um trabalho real de campo, muitas vezes fazendo muito mais que o necessário para que eu concluísse minha pesquisa.

Aos meus pais, in memoriam, ao meu pai, que onde ele estiver sei que está orgulhoso e feliz por mim, e que foi o meu maior incentivador na vida, não deixando que desistisse nunca, sempre acreditando em mim. E à minha mãe, que sempre esteve ao meu lado e me acompanhou em todas as dificuldades e sabe mais que ninguém o que significa cada uma das minhas conquistas, e ela vibra comigo.

Às mulheres da minha família, tias e primas, que tanto requisitaram minha presença, mas sempre foram gentis e compreensivas com tantas agendas desmarcadas.

À minha chefe querida, Kátia de Jesus Wermelinger e meus colegas de trabalho Luciana Andréa Mattos, Roberta Pereira Teixeira D'Avila, Luiza Rocha, Mário Roberto Miranda Lacerda e Allan da Silva, que me deram oportunidades para conclusão do meu trabalho e sempre foram grandes incentivadores, além de serem pessoas que eu admiro demais e tenho a sorte de tê-los em minha vida.

E aos demais que, de alguma forma, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

Eu não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo quando as correntes dela
forem muito diferentes das minhas.
(LORDE, Audre, 1975)

RESUMO

Esse trabalho trata de compreender como se dá o projeto de educação popular denominado Promotoras Legais Populares (PLPs), da cidade de Foz do Iguaçu no Paraná, atuantes como uma rede de mulheres multiplicadoras de direitos, das leis e dos recursos jurídicos em suas comunidades, com ênfase ao enfrentamento ao tráfico de pessoas, prática infelizmente comum, principalmente em regiões de fronteira. Quanto à proposta metodológica, optou-se pela realização de entrevistas online individuais com as coordenadoras do curso a fim de demonstrar como é realizado o trabalho das PLPs na comunidade de Foz do Iguaçu para o melhor atendimento às mulheres em situação de violência. E no âmbito do Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, investigar como se dá a atuação das PLPs, quais são suas ações específicas de prevenção e informações a essas mulheres. Como resultado, o presente trabalho demonstra a importância das PLPs como uma experiência de libertação, para que essas mulheres encontrem uma nova configuração das suas vidas, aprendendo sobre seus direitos básicos e entendendo como se dá a violência de gênero bem como o ciclo da violência doméstica, e assim tornando-se capazes de reproduzir esses conhecimentos e atuarem de modo efetivo em seu espaço social.

Palavras-chave: *Promotoras Legais Populares. Violência de Gênero. Rede de Mulheres. Feminismo. Ciclo da Violência. Tráfico Humano. Violência Doméstica.*

ABSTRACT

This work tries to understand how the popular education project called Popular Legal Promoters (PLPs) takes place, from the city of Foz do Iguaçu in Paraná, acting as a network of women who multiply rights, laws and legal resources in their communities, with emphasis on combating human trafficking, an unfortunately common practice, especially in border regions. As for the methodological proposal, it was decided to carry out individual online interviews with the course coordinators in order to demonstrate how the work of the PLPs in the community of Foz do Iguaçu is carried out for the best service to women in situations of violence. And in the context of Combating Human Trafficking, investigate how the PLPs work, what are their specific prevention actions and information for these women. As a result, the present work demonstrates the importance of PLPs as an experience of liberation, so that these women find a new configuration of their lives, learning about their basic rights and understanding how gender violence occurs as well as the cycle of domestic violence. , and thus becoming capable of reproducing this knowledge and acting effectively in their social space.

Keywords: *Popular Legal Promoter. Gender Violence. Women's Network. Feminism. Cycle of Violence. Human Trafficking. Domestic Violence.*

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW - Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CLADEM – Comitê Latino Americano de Defesa dos Direitos da Mulher

CRAM - Centro de Referência em Atendimento à Mulher

CRM – Centro de Referência da Mulher

DDM - Delegacia Da Mulher

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IBAP – Instituto Brasileiro de Advocacia Pública

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

IFPR - Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

PLPs – Promotoras Legais Populares

PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

SIM – Serviço de Informação à Mulher

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

SUS – Sistema Único de Saúde

UMSP – União de Mulheres de São Paulo

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNB - Universidade de Brasília

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNILA – Universidade Federal de Integração Latino Americana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. UM BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL.....	18
1.1 THEMIS E A UNIÃO DE MULHERES DE SÃO PAULO.....	19
1.2 SOBRE O CURSO DE PLPS	20
2. TRÁFICO DE PESSOAS E O PARANÁ COMO ROTA.....	31
3. ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	23
3.1 TEORIA DA DOMINAÇÃO INVISÍVEL DE PIERRE BOURDIEU	
3.2 TEORIA DA DOMINAÇÃO MASCULINA DE MARILENE CHAUI	
3.3 TEORIA DA DOMINAÇÃO PATRIARCAL DE HELEIETH SAFFIOTI	
3.4 TEORIA RELACIONAL DE MARIA FILOMENO GREGORI	
4. A EXPERIÊNCIA DE FOZ DO IGUAÇU.....	26
4.1. DESAFIOS E DIFICULDADES.....	29
4.2 A QUESTÃO DA FRONTEIRA: PARA UM TRABALHO MAIS EFETIVO DAS PLPS.....	34

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS

ANEXO A – Entrevista com a Professora Danielle Araújo e com a líder comunitária Elza Mendes

INTRODUÇÃO

Meu interesse nessa pesquisa foi motivado, originalmente, a partir do contato que eu tive com o Curso de Promotoras Legais Populares que estava ainda em sua fase inicial, com sua primeira turma no ano de 2019.¹, enquanto cursava um semestre de Antropologia pela UNILA¹ – Universidade Federal da Integração Latino Americana. A realização do presente trabalho apresentou alguns desafios pessoais e, ao mesmo tempo, mostrou-se bastante gratificante. Escolhi falar sobre a importância do trabalho das Promotoras Legais Populares, com ênfase na cidade de Foz do Iguaçu e isso não foi à toa.

Alguns anos atrás, eu vivi um relacionamento abusivo, que durou aproximadamente 2 anos e acabou um tempo depois de uma agressão física violenta. Sim, eu disse “um tempo depois” porque mesmo após ser agredida e ter meu nariz quebrado por essa pessoa numa cabeçada covarde, eu ainda demorei a entender o que realmente tinha acontecido comigo. No dia seguinte à agressão as únicas pessoas que me procuraram foram os amigos dele me implorando para não denunciar, pois eu poderia acabar com a carreira dele, que eles iriam interná-lo (pois usuário de drogas), e todo tipo de apelo para aliviá-lo do ocorrido. Em momento nenhum tive apoio dessas pessoas. Apenas uma amiga me acolheu na noite em que tudo aconteceu. Eu estava muito envergonhada. Sentia vergonha de todos ao meu redor, todos os meus amigos dessa época souberam, mas menti durante muito tempo para minha família, dizendo que tinha sido um acidente, sentia vergonha principalmente porque ele sempre teve um comportamento agressivo e ciumento e eu não fazia nada, pensava que ele estava doente por causa do vício e nunca pensei que eu era uma vítima, nunca me coloquei nesse lugar, além do mais na frente dos outros ele sempre aparecia como sendo uma pessoa amorosa e divertida. Ele me deixava algumas marcas de apertões e mordidas, entre outras atitudes como xingamentos e humilhações, tudo ocasionado por ciúmes e insegurança. Sempre essas situações aconteciam quando estava sob efeito da droga, os fatos que alegava e só existiam na cabeça dele. Depois ele sempre chorava e me pedia desculpas, disse inclusive que ia se matar

¹A **Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)** é uma instituição de ensino superior pública brasileira sediada na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. O presidente Luiz Inácio da Silva propôs a sua criação em 2007, entretanto a Universidade foi criada somente no dia 12 de janeiro de 2010 na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai.^{[5][6]} Foi a décima terceira universidade inaugurada pelo Governo Lula,^[7] e teve sua primeira turma de 200 alunos entre brasileiros, paraguaios, uruguaios e argentinos em agosto de 2010.

em algumas situações, era aterrorizante e perturbador. Categorizar esse tipo de relação como abusiva não é simples. O reconhecimento e enfrentamento implica a promoção de conhecimento. Nesse tipo de relação, o agressor manifesta afeto, demonstra fragilidade, e mesmo com a violência sempre presente, o alvo das agressões sente culpa quando pensa em terminar ou denunciar, mas eu não sabia que isso era um padrão. Então, depois de um tempo afastados, mas não o suficiente para meu nariz cicatrizar, acabei voltando para esse meu agressor, me sentindo um lixo. Ele continuou com o seu ciclo de violência e eu esperando que ele se tratasse. Durou apenas mais alguns meses e eu sozinha, finalmente, consegui me libertar. Ele foi embora para outra cidade e nunca mais tive notícias. Porém desenvolvi algumas sequelas, como depressão e crises de ansiedade, as quais passei a tratar, mas que me custaram muitas coisas e ainda hoje se revelam em muitas situações em que me deparo ainda com gatilhos. Porém, por mais dolorido e sofrido que isso tudo tenha sido, eu aprendi uma nova e mais abrangente perspectiva de ver o mundo e as relações afetivo-conjugais. A violência contra a mulher se manifesta de várias maneiras que não se produzem de forma isolada e fazem parte de um contexto maior. E, mesmo sem ter concluído o curso de Promotoras Legais Populares que iniciei na UNILA, em Foz do Iguaçu, por motivos alheios à minha vontade, foi por meio dessa experiência que tive em 2019 que eu finalmente entendi de fato o que havia acontecido comigo. Esse curso de formação, para além de promover uma educação popular e protagonismo das mulheres em suas comunidades e em suas próprias vidas, também é uma proposta de reconstrução a partir da desconstrução. É um espaço onde elas são verdadeiramente acolhidas e podem dialogar e, dessa forma, eu percebi que esse movimento se trata de um rompimento com todo esse mecanismo de poder, e esse passo é apenas o início de todo um processo coletivo de transformação. Ou seja, o papel central do curso é a transformação pela conscientização, porque somente a descoberta do ser humano como um sujeito histórico e de direitos é que vai proporcionar as ferramentas para atingir sua autonomia na luta contra a violência.

A pesquisa é destinada a analisar a experiência de implantação e continuidade do curso de Formação de Promotoras Legais Populares de Foz do Iguaçu no Paraná. Para tanto, busquei conhecer as motivações das suas idealizadoras, as influências, metodologia, conteúdos e formato do referido curso e conhecer as percepções das PLPs de Foz do Iguaçu sobre a sua formação e atuação, bem como as suas dificuldades. E especificamente, dentro das possibilidades e respeitando a nossa regionalidade, penso em elaborar algum projeto que

tenha as mesmas características de desconstrução e transformação da realidade das mulheres através da conscientização, nos mesmos moldes das Promotoras a ser implantado futuramente na cidade de Florianópolis.

Para a viabilização desta pesquisa, primeiramente foi feito contato com a professora Danielle Araújo, antropóloga e professora adjunta da UNILA, e também uma das coordenadoras do curso em Foz, de modo a apresentar a minha intenção de pesquisar a experiência das PLPS de Foz, buscando uma aprovação do meu interesse². Em função da distância física e inviabilidade de meu deslocamento até Foz do Iguaçu, ficou definido como estratégias metodológicas a pesquisa bibliográfico-documental sobre a temática das PLPs e entrevistas com as idealizadoras do curso de Foz. Por se tratar de uma pesquisa descritiva e qualitativa, limitou-se a um pequeno número de interlocutores, pela necessidade de aprofundar o conhecimento em relação àquelas com que se estava dialogando e também pela dificuldade de retorno de todas as outras pessoas com quem conversei. Como principal ferramenta de produção de dados, utilizei entrevistas semiestruturadas, por ser um método mais flexível, abrindo espaço então para um diálogo mais natural e dinâmico (MANZINI, 1991), em que a conversa é orientada por um objetivo previamente definido, a partir de um roteiro. Os dados foram coletados por meio de áudios do *Whatsapp*, dada a distância entre pesquisadora e pesquisadas; as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas³. Foram realizadas duas entrevistas, sendo elas com as duas principais articuladoras e hoje coordenadoras do curso em Foz do Iguaçu, professora Danielle Araújo, antropóloga e professora adjunta da UNILA e Elza Mendes, vivendo há trinta anos em Foz do Iguaçu e, segundo ela mesma, sem formação acadêmica, o que não a exime de estudar e buscar conhecimentos para além da academia. Ela é militante há mais de vinte anos na defesa e garantia de direitos humanos e atualmente está cursando defensoria pública popular no IFPR⁴.

Anteriormente à realização das entrevistas, foi apresentado um termo de consentimento informado, garantindo confidencialidade e sigilo a todas as partes envolvidas. O termo tem como finalidade esclarecer-lhes acerca da importância de suas participações no

² Certa eu estava da negativa dada a nossa distância, eu estando em Florianópolis. Para minha surpresa, a professora aprovou e, mais que isso, generosamente se prontificou a ajudar com o que fosse preciso para a realização deste projeto de pesquisa.

³ ANEXO A

⁴ IFPR - O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná é uma instituição pública de ensino mantida pelo governo federal especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

estudo e o propósito do presente trabalho. Nesse sentido, também se destaca no termo, o comprometimento da pesquisadora com a devolução do resultado da pesquisa a toda comissão organizadora do curso de promotoras, às alunas, bem como à comunidade científica e a todas as pessoas envolvidas que queiram ter conhecimento da pesquisa

O trabalho foi desenvolvido em três capítulos. No primeiro, será feito um breve histórico do movimento feminista no Brasil e sobre como se deu o início do curso de Promotoras Legais Populares no país e quais foram as responsáveis por esse empreendimento. O segundo capítulo traz a discussão da literatura escolhida para este estudo, para tanto explorei diversos autores e autoras que abordam este tema tão abrangente, divididos em três subcapítulos. E por último, discorrerei sobre os resultados obtidos no meu estudo de caso, seus desafios e dificuldades, incluindo a dolorosa experiência do tráfico de pessoas, infelizmente uma prática comum na região da fronteira, e destaco a importância do trabalho das PLPs e como elas podem fazer a diferença no combate a tantas desigualdades e violências.

1 UM BREVE HISTÓRICO⁵ DAS CONQUISTAS SOCIAIS DAS MULHERES NO BRASIL

A partir do momento em que a violência contra as mulheres começa a se mostrar como um problema social e de saúde pública, em meados dos anos 1980, no Brasil, as uniões dos movimentos feministas e de mulheres passam a ser vistas como fundamentais para as ações e políticas sociais voltadas ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Durante parte da década de 1970, mas principalmente, na década de 1990, o Brasil participou de muitas conferências das Nações Unidas que pretendiam dar visibilidade à questão da violência contra a mulher. Nesse sentido, o Brasil assumiu o compromisso de garantir os direitos humanos às mulheres, aos negros e a outras minorias⁶ marcadas pela pobreza e discriminação.

Dentre os vários encontros e conferências que evidenciaram a necessidade de se pensar e criar políticas e programas de atenção a vítimas de violência de gênero estão a Conferência Mundial da Mulher, que ocorreu na Cidade do México em 1975, e a Assembleia Geral das Nações Unidas da Convenção pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), em 1979.

Mais tarde, com a volta da democracia ao Brasil, nos anos 1980, as mulheres conquistam mais participação no governo com a criação, em 1985, do *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher* (CNDM). Nesse período elas obtiveram 26 cadeiras durante a eleição para a Assembleia Constituinte, quando foi criado o “Lobby do Batom” por meio do que as deputadas eleitas lutaram pela inclusão de leis que acolhesse as mulheres. Foram adicionados além da igualdade jurídica entre homens e mulheres, a licença maternidade com duração superior à licença paternidade; o incentivo ao trabalho da mulher, mediante normas protetoras; e um prazo menor para a aposentadoria por tempo de serviço e contribuição da mulher. Em 1994, ocorreu no Brasil a Convenção Interamericana para Prevenção e Erradicação da Violência Contra a Mulher, conhecida como Convenção Belém do Pará.

Tais conferências foram de muita importância para que a violência contra as mulheres deixasse de ser um assunto apenas discutido no privado, e fosse compreendida como um problema público, onde o Estado assumisse também a responsabilidade. No Brasil, as

⁵Buscou-se tratar da história do movimento feminista de maneira breve, pois esse trabalho não pretende remeter a uma profunda e extensa análise histórica, visto que se faz necessária tão somente a contextualização de alguns dos acontecimentos que foram a base ou a inspiração para o surgimento das PLPs no Brasil.

⁶ O termo minoria refere-se aqui, a grupos sociais historicamente excluídos do processo de garantia dos direitos básicos por questões étnicas, de origem, por questões financeiras e por questões de gênero e sexualidade.

instruções das políticas públicas voltadas à questão de gênero defendem o acesso ao poder político através do processo de empoderamento e abertura de espaços de decisão para as mulheres, defendendo garantia de acesso à educação e saúde, a criação de programas de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e sexual e, ainda, o desenvolvimento de ações preventivas.

1.1 THEMIS E UNIÃO DAS MULHERES DE SÃO PAULO

Em 1992, as ativistas feministas que fundaram a ONG Themis (RS) e as que fundaram a União de Mulheres de São Paulo (SP), participaram de um curso de capacitação legal de mulheres ministrado pelo CLADEM⁷ (Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres). Nesse encontro conheceram outras experiências que já estavam acontecendo em outros países da América Latina, como Argentina, Peru e Chile. A partir daí então surgiu a iniciativa de promover a capacitação de mulheres no Brasil também, em duas cidades, São Paulo e Porto Alegre. E deu-se o nome de Promotoras Legais Populares.

O primeiro curso no Brasil foi realizado em 1993, pela Themis. Em São Paulo começou em 1994. Nesse primeiro momento, a capacitação legal surge da necessidade de informação sobre direitos, passando por um processo de questionamento dos próprios princípios legais, que, ainda que garantidos, não asseguravam as mudanças das representações sociais de gênero que as organizadoras julgavam necessárias, e com sua metodologia baseada em uma “educação popular”.

Hoje, o curso encontra-se em quase todas as regiões do país.

Em texto extraído do site www.themis.org.br, a THEMIS: Gênero, Justiça e Direitos Humanos, foi criada em 1993 por um grupo de advogadas e cientistas sociais femininas com o objetivo de enfrentar a discriminação contra mulheres no sistema de justiça. A história da THEMIS se confunde com as lutas e conquistas das mulheres brasileiras. É uma organização da sociedade civil com sede em Porto Alegre (RS/Brasil). Seu trabalho está estruturado a partir de três estratégias principais: Fortalecer o conhecimento das mulheres sobre seus

⁷Para maiores informações acessar www.cladem.org

direitos e o sistema de justiça, dialogar com operadores/as do Direito sobre os mecanismos institucionais que preservam e reproduzem a discriminação contra as mulheres, advogar em casos estratégicos para proteger e alavancar direitos das mulheres em esfera nacional ou internacional. A THEMIS concentra a sua atuação na promoção de uma rede de apoio e enfrentamento formada por diversos segmentos para compartilhar, elucidar e defender os direitos fundamentais das mulheres.

E, de acordo com o site www.uniaodemulheres.org.br, a União de Mulheres de São Paulo atua há 40 anos, defendendo os direitos das mulheres. Sua história se entrelaça com a história do feminismo no Brasil. A partir de 1975 foi retomada a luta pelos direitos das mulheres, dentro os quais uma parte significativa foi incorporada na Constituição Federal de 1988 e em leis específicas como a Lei Maria da Penha de 2006. Projetos como as Promotoras Legais Populares, desenvolvido ininterruptamente desde 1994, e o Maria Marias, desde 2008, levam a educação popular feminista em direitos para as mulheres que descobrem para si e para suas comunidades novas possibilidades de acesso à justiça, serviços e políticas que possam efetivamente melhorar suas vidas e das pessoas a sua volta.

1.2 SOBRE O CURSO DE FORMAÇÃO DE PLPS

A desigualdade social no acesso à justiça ainda é grande na sociedade, por isso se faz necessário democratizar o conhecimento, sobretudo das mulheres, sobre os seus direitos, porque o mundo jurídico é algo muito distante para a maioria delas. O Direito possui uma linguagem elitizada, inacessível, e não por acaso o seu domínio é privilégio de um grupo seleto de pessoas, ou seja, daqueles que o criam e o reproduzem, sem o protagonismo das mulheres e outras minorias.

Quando falamos protagonismo, falamos de contar histórias, e contar histórias atribuem sentido à vida social. Carole Pateman (1988), ao analisar os pressupostos e limites da teoria do contrato social de um ponto de vista feminista, vem nos dizer que a mais famosa e influente história política já contada, real ou hipotética, é a história de como uma nova forma de sociedade civil e de direito político foi forjada por meio de um contrato original; e essa história trata o direito político enquanto direito patriarcal – o poder que os homens exercem sobre as mulheres. Ela descreve a sociedade civil como uma comunidade de homens

e para homens: “A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (PATEMAN, 1888, p. 17).

Nesse sentido, o curso de PLPs é um meio para as mulheres conhecerem a sua história e assim, um instrumento para o empoderamento. O curso é uma ferramenta para que essas mulheres possam reconhecer que seu protagonismo foi apagado da história, e com isso possam passar a contar a sua história e encontrando recursos para reparar as violações cometidas, ocupar o seu lugar na sociedade e garantir a real efetivação dos seus direitos, dos direitos humanos.

O curso é voltado apenas para mulheres, e, como em outras partes do mundo e do Brasil, parte da premissa que educar é a chave para a consolidação da democracia, e, nas bibliografias pesquisadas, o educador e filósofo brasileiro Paulo Freire é frequentemente mencionado como base na formulação metodológica da Educação Popular Transformadora, que se desenvolve sob a crítica da Pedagogia do Oprimido, mas acrescenta esferas do privado, abordando temas que são significativos na vida daquelas mulheres. No entendimento de Freire, os modos de consciência são culturalmente condicionados pelas estruturas sociais, e, pensando nas Plps, esse aprendizado libertador e transformador para as mulheres é essencial para o despertar da consciência, uma forma de adquirir uma visão crítica do mundo, em que a pessoa sem ‘consciência’ é como um objeto, sem capacidade de tomar suas próprias decisões, sempre subjugada pelos outros; já a consciência crítica possibilitaria um engajamento total com a realidade, com capacidade de tomar decisões e transformar essa realidade. Esta se tornaria uma pessoa como sujeito e não mais como objeto, criadora de história e de cultura. É essa a transformação que ocorre com as mulheres que fazem o curso de PLPs.

Daí a necessidade de superar a situação opressora. Isto implica no reconhecimento crítico, na “razão” desta situação, ‘para que através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra que possibilite aquela busca do ser mais. (FREIRE. Paulo, 1987. P22.)

Esta capacitação legal surge então, de uma necessidade de informação, pois informação é poder, e esse poder em nossa sociedade sempre foi negado às mulheres, em vista disso, o objetivo norteador do curso é capacitar mulheres nas múltiplas áreas do

conhecimento, como noções de Direito, o funcionamento do Estado com sua organização e leis, estudos de gênero e compreensão da construção social de exclusão e discriminação das mulheres ao longo da história, e demais temas relacionados. Como dito anteriormente, sua linha metodológica é a educação popular transformadora, valorizando os saberes prévios das mulheres, sobretudo, daquelas, cujo acesso à educação foi negado, a fim de que elas possam, criticamente, se reconhecerem, ou reconhecer as situações de violações, orientar outras mulheres e atuar na defesa dos seus direitos.

Por isso o curso de Promotoras Legais Populares abraça o desafio de conscientizá-las dessas discriminações e desigualdades produzidas pela sociedade. Esse tipo de organização de mulheres, ou seja, um curso como este, é a tradução de uma alternativa para combater as mais variadas omissões e violências do Estado e do sistema judiciário, que geralmente não as representam, por isso organizações paralelas de diversas formas, institucionais e não institucionais, acabam por emergir, a fim de terem seus direitos reconhecidos.

Isabela Martins Neves e Heloísa Storniolo Adegas, em seu projeto de extensão universitária para a UnB⁸, sobre as Promotoras Legais Populares do Distrito Federal, afirmam que “as mulheres são sub-representadas nas instituições estatais e acabam sendo submetidas à dominação masculina devido ao princípio da soberania do Estado. No entanto, ao não vislumbrar (ou encontrar grande dificuldade em vislumbrar) tal espaço de poder como passível de ocupação e modificação, se organizam em redes de mulheres em busca de garantirem seus direitos”. Elas reiteram ainda, que “o Estado se torna agente responsável pela violência de gênero quando assume uma postura omissa, ou até mesmo contrária, na busca pela efetivação dos direitos das mulheres à vida, à segurança, à integridade física e psicológica, aos direitos reprodutivos, ao mercado de trabalho, dentre outros”. (NEVES, Isabela Martins; ADEGAS, Heloísa Storniolo, 2018,p.284).

Outra referência também à importância do trabalho que vem sendo articulado ao longo dos anos de atuação pelas PLPs e a ausência cada vez mais visível do Estado, está na dissertação de mestrado intitulada “O trabalho das Promotoras Legais Populares no Enfrentamento da Violência contra a Mulher” (BARCELOS, Maria Inês Nunes, 2019), em que a autora ressalta a necessidade do trabalho em rede para o enfrentamento da violência

⁸Universidade de Brasília

doméstica, a fim de proporcionar à mulher atendida pelos serviços um acompanhamento global de seu processo de rompimento com o ciclo de violência e acesso a outros serviços e políticas, e suas estratégias para driblar os limites institucionais da rede de atendimento à mulher em situação de violência. Seja atendendo as mulheres em suas residências, seja atendendo à noite ou aos finais de semanas, períodos em que os serviços da rede de proteção estão fechados, as PLPs rompem muitas vezes com o instituído, chegando a abrigar mulheres em suas próprias residências. Isso é um indicador, segundo a autora, de violência institucional, reflexo de uma violência maior, a estrutural, revelando a incapacidade dos serviços de atender às demandas dessas mulheres em diversos fatores, como a falta de pessoal, falta de estrutura, falta de apoio público, falta de abrigos, etc.

Quando as promotoras estão ainda em formação, elas fazem visitas às delegacias comuns e especializadas no atendimento a mulheres, às DDM⁹ - que são as Delegacias da Mulher, ao Fórum de Justiça, aos órgãos de Defensoria Pública, aos hospitais, postos de saúde, enfim, a todos os equipamentos públicos disponíveis em sua cidade, a fim de que elas conheçam como se dão os atendimentos e procedimentos, para depois poderem auxiliar as mulheres que a elas recorrem, porque as promotoras serão a ponte entre elas e esses serviços públicos. Muitas das promotoras em formação também já atuam como lideranças ou referências em suas comunidades, então o curso promove, dessa forma, o fortalecimento desse trabalho e a visibilidade desses agentes.

Contudo, o processo de capacitação não se limita apenas ao curso ou ao seu público-alvo. O curso se organiza como uma estratégia maior de transformação social, no intuito de mobilizar diversos outros setores da sociedade. A intenção, portanto, não é somente despertar as consciências individualmente, mas coletivamente, e a partir do individual alterar a dinâmica das relações de poder no espaço social.

⁹Cada estado da federação atribui um nome às delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Essa é a denominação utilizada em São Paulo.

2 O TRÁFICO DE PESSOAS E O PARANÁ COMO ROTA

O tráfico de pessoas é um grande problema global, que demanda iniciativas e respostas que sejam eficazes para a prevenção e o controle desse crime que é transnacional. Por toda a parte do mundo, e principalmente em países menos desenvolvidos economicamente, milhares de pessoas, dentre elas, homens, mulheres e crianças são vítimas do tráfico humano para todo o tipo de exploração. O tráfico de seres humanos é um problema difícil, justamente por não ter uma causa única. Desigualdades de gênero, de classe, raciais e econômicas em conjunto com a falta de oportunidades são os impulsionadores ao tráfico internacional de pessoas. Na maioria das vezes, essas pessoas são atraídas pela expectativa de se ter um trabalho com uma boa remuneração, incluindo-se trabalhos no mercado do sexo que lhe propiciem uma vida melhor.

[...] Eu diria que esse é um tema bastante difícil, a questão da prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas. A gente tem feito discussões, mas discussões teóricas, a gente tem participado de alguns encontros promovido pelo IDESF¹⁰, mas assim, atuando como eu acho que realmente é possível atuar, não! Sendo bem direta e bem honesta. Inclusive, eu acho que precisa de mais qualificação, eu vejo que o tráfico de pessoas aqui em Foz do Iguaçu é muito pouco discutido [...] (Danielle Araújo, entrevista em 2022)

De acordo com o site www.unodc.org¹¹, Brasil e Paraguai compartilham fronteiras com áreas de grande fluxo de pessoas, bens e serviços (por exemplo, Foz do Iguaçu - Ciudad del Este, Ponta Porã - Pedro Juan Caballero). Nestas fronteiras, o crime transnacional se desenvolve rapidamente, dia a dia, se internalizando e adquirindo novas especificidades, e nesse crescimento o número de vítimas se torna incalculável, todos os dias são centenas de pessoas sendo aliciadas, levadas para algum lugar do mundo, para serem exploradas. O que gera um grande desafio para a justiça criminal em ambos os países, em vista disso, o Brasil e o Paraguai discutem um trabalho em conjunto contra o tráfico de pessoas.

O site <https://brasil.un.org/pt-br> divulgou em 2020, que as Procuradorias do Brasil e do Paraguai com apoio do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC),

¹⁰O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) é uma instituição civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Foz do Iguaçu (PR), que tem como objetivo a criação de mecanismos para promover igualdade, integração e de desenvolvimento das regiões fronteiriças.

¹¹ONU, 2012. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/southerncone//Topics_drugs/WDR/2012/WD_R_2012_web_small.pdf acesso em: 10/10/2012. ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE DROGAS E CRIME (UNODC).

fizeram uma reunião para estabelecer prioridades para o trabalho das Equipes Conjuntas de Investigação sobre o tráfico de pessoas. Essa ação faz parte de uma iniciativa de três anos para ações nacionais e regionais em 8 países da América Latina e do Caribe. Integram o projeto: Equador, Peru, Brasil, Colômbia, República Dominicana, Trinidad e Tobago, Curaçao e Aruba. De acordo com o site, objetivo é melhorar a resposta da justiça penal para o tráfico de pessoas, com uma abordagem multidisciplinar e centrada na vítima, com ações em nível regional e nacional para identificar, prevenir e processar casos. Ainda com base em informações deste canal, em outubro de 2020 o Ministério Público Federal do Brasil e o Ministério Público do Paraguai assinaram um acordo para a implementação de uma Equipe Conjunta com o objetivo de investigar crimes de tráfico de pessoas em ambos os países, especialmente na região fronteira com grandes fluxos de pessoas, bens e serviços, como Foz do Iguaçu - Ciudad del Este, Ponta Porã - Pedro Juan Caballero. A formação de Equipes Conjuntas de Investigação é relevante nos lugares onde as fronteiras são compartilhadas, trazendo benefícios para as autoridades dos países participantes, tais como o estabelecimento de mecanismos de comunicação mais rápidos e procedimentos especiais para a validação de provas em casos específicos.

A região de Foz do Iguaçu, de acordo com dados do Ministério Público, Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho, informações essas publicadas na Revista Orbis Latina¹² – Sistema de Publicações da UNILA, é um dos principais destinos com relação a todo o território brasileiro, para o tráfico internacional de pessoas, principalmente de mulheres, argentinas e paraguaias, para a exploração sexual. As características do município favorecem a intensa circulação de brasileiros e estrangeiros, além de um grande número de caminhoneiros que passam pela região. Além disso, muitos trabalhadores de todo o país e também do Paraguai são levados a trabalhar na região, em todo tipo de atividade, mas principalmente no meio rural, e acabam ficando na situação de exploração. Nesse sentido, o fluxo maciço de pessoas, torna a região um ambiente ideal para as organizações criminosas atuarem de forma mascarada, em especial com o tráfico de seres humanos. Foram relatados pelos órgãos de segurança que, a fronteira de Foz do Iguaçu também acomoda situação de migração irregular de países muçulmanos como, Bangladesh, Índia, Nigéria e Paquistão, que

¹²A Revista Orbis Latina é associada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento - PPGPPD/UNILA DESDE 2016 (Fonte: <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/2031>. Acessado em 22/12/2022)

são encaminhados para o trabalho em frigoríficos. E estes migrantes se encontrariam em situações degradantes, cumprindo jornadas de trabalho esgotantes, sem garantia dos direitos trabalhistas. Foram registrados em 2009 na cidade de Francisco Beltrão pelo Ministério Público Federal, segundo ainda publicação da Revista Orbis Latina, frigoríficos envolvidos em diversas irregularidades com aliciamento e recrutamento de estrangeiros de forma irregular. A Defensoria Pública da União e o Ministério Público do Trabalho apontaram também a incidência de tráfico de crianças e adolescentes brasileiras e paraguaias na Tríplice Fronteira para a prática de crimes como o contrabando de mercadorias e drogas. E, no caso do tráfico internacional de mulheres para fins de exploração sexual, acaba sendo um crime que tem lucrado milhões pela falta de cooperação jurídica coerente entre os países da América Latina, como a Argentina, o Paraguai e o Brasil, países que fazem parte da tríplice fronteira, os quais têm exportado vítimas para diversos cantos do mundo.

Nesse sentido, em consonância com a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948), foi aprovada a Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016, conhecida como Lei de Tráfico de Pessoas. Essa lei está baseada em três eixos principais: prevenção, proteção à vítima e repressão, além de da elaboração de uma política ampla de assistência às vítimas, que mantém em sua composição, assistência jurídica, social, saúde, trabalho e emprego, acolhimento temporário, prevenção à revitimização da pessoa e por fim, ter um atendimento humanizado.

Um dos obstáculos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas é a falta de informação. Sociedade e aparelhos públicos precisam estar preparados para enfrentar o problema. A maioria das pessoas aliciadas para o tráfico interno para fins de exploração sexual, são crianças e adolescentes descendentes de famílias muito pobres. O trabalho doméstico também é uma atividade onde se encontram muitas vítimas do tráfico de pessoas em trabalho forçado e escravo. No Brasil, a exploração de crianças e adolescentes para o trabalho infantil doméstico ainda é uma situação muito grave. E há ainda situações envolvendo mulheres adultas contratadas como trabalhadoras domésticas em outros países. Os homens também são vítimas do tráfico de pessoas no Brasil, eles são explorados em trabalhos realizados em condições análogas à escravidão. A grande maioria deles são homens pobres e analfabetos ou com escolaridade muito baixa que, em função da necessidade do sustento da família, acreditam em

falsas promessas de emprego em regiões isoladas do país, como o caso das vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi na região sul do Brasil acontecido no início de 2023¹³.

A pobreza figura como um fator importante que impulsiona muitas pessoas a tentarem construir uma vida melhor em outro lugar, mas não é o único. A violação de direitos, como a falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, a desigualdade social e econômica, a discriminação contra as mulheres e negros e a consequente falta de oportunidades, os índices elevados de desemprego, as condições inadequadas de moradia e alimentação, tudo isso vai contribuir para aprofundar a situação de pobreza dessas pessoas e deixá-las vulneráveis aos traficantes, que as abordam geralmente com muitas promessas de prosperidade. E esse ciclo de violações, muitas vezes, impede inclusive que essas pessoas tenham a percepção de que estão sendo exploradas.

3 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

As dificuldades que muitas mulheres têm em romper com o ciclo de violência em que estão inseridas, assim como a ausência de apoio por parte da família e infelizmente a cada vez mais frequente omissão do Poder Público, são alguns dos fatores que têm impulsionado o trabalho das Promotoras Legais Populares (PLPs) que, de forma totalmente voluntária, auxiliam a mulher vítima de violência acompanhando-a na sua busca de fazer valer os seus direitos, bem como incentivando-a a encontrar uma nova alternativa em sua vida por meio do empoderamento e da autonomia.

O empoderamento e a autonomia se pretendem coletivos, sendo a base para o enfrentamento das condições opressivas do espaço social em que a mulher está inserida. Aqui se faz necessário salientar que o conceito de empoderamento das mulheres, de acordo com o artigo de Cecília M. B. Sardenberg (2012), intitulado “Empoderamento Na Perspectiva Feminista” trata-se de uma transformação das estruturas de subordinação, somente possíveis com mudanças reais na legislação e em outros direitos que ainda hoje reproduzem e reforçam a dominação masculina. Logo, podemos pensá-lo como o exercício pelo qual uma pessoa, ou

¹³Em 22 de fevereiro de 2023, 207 trabalhadores foram resgatados de um alojamento em Bento Gonçalves, na Serra do Rio Grande do Sul, onde eram submetidos a “condições degradantes” e trabalho análogo à escravidão durante a colheita da uva. Os trabalhadores eram terceirizados pela Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão de Saúde LTDA e prestavam serviço para as três vinícolas.

um grupo de pessoas integra a autoconfiança e a autoestima adquiridas através do seu processo individual de empoderamento ao seu meio social e, assim, modifica as estruturas sociais vigentes.

Em seu artigo, publicado originalmente em 1990, chamado *A Dominação Masculina*, que mais adiante se transforma em livro homônimo, o sociólogo francês Pierre Bourdieu vai abordar o tema à luz do conceito de Violência Simbólica. No artigo “Violência contra a Mulher a partir das Teorias de Gênero”¹⁴, as autoras Cecília Macdowell Santos e Wânia Pasinato Izumino (2005), destacam, entre estudos que são referências, três abordagens analíticas sobre a violência contra a mulher que cabe apresentar aqui: a teoria da dominação masculina; a teoria da dominação patriarcal e a teoria relacional.

Em seu livro “*A Dominação Masculina*”, fruto de uma etnografia feita junto ao povo Berbere da Cabila na África, Bourdieu analisa a construção histórica velada e oculta a partir de uma aparente naturalidade que está inscrita em nossos corpos enquanto homens e mulheres. Ele tenta evidenciar o inconsciente que governa as relações sexuais e que se apresentam até hoje, mesmo com tantas transformações do mundo. Para ele a divisão das coisas está orientada segundo a oposição masculino / feminino, ou seja, toda divisão e diferenciação está relacionada à essa oposição, argumenta que essas diferenças se sustentam mutuamente por meio de práticas e metáforas, e que absolutamente tudo está dentro dessa noção de dominação que vai refletir na ação dos indivíduos em seu meio social, através de uma violência que ele chama de simbólica. Além disso, Bourdieu ressalta que tal inconsciente cria concepções “invisíveis” que chegam até nós gerando uma formação de esquemas de pensamentos por meio dos quais acreditamos ter a liberdade de racionalização mas sem nos dar conta que estamos marcados por interesses, opiniões e preconceitos já introduzidos desigualmente numa espécie de inconsciente androcêntrico coletivo, onde a própria socialização dos corpos estariam costuradas nessas ideias.

Outra forma de analisar é pelo viés da teoria da dominação masculina, do artigo de autoria da filósofa Marilene Chauí, chamado “Participando do debate sobre Mulher e Violência” sugere a violência contra mulher como uma ideologia da dominação masculina, que é repassada tanto por homens, quanto por mulheres. Sendo assim, Chauí entende a violência como um ato que gera desigualdades com intuito de exploração, dominação e

¹⁴Edição eletrônica em <http://idonline.emnuvens.com.br/id>

opressão da mulher, tratando-a como um objeto, sem livre arbítrio para pensar e agir. Nesta perspectiva, o ser feminino é visto como sendo inferior ao masculino, estando, pois, esta condição ligada ao corpo dela, imerso nos discursos masculinos que não somente falam sobre as mulheres, mas também não deixam a possibilidade de fala da mulher em sua defesa, apresentando-se silenciada (SANTOS; IZUMINO, 2005).

A terceira teoria abordada no presente trabalho é chamada “Dominação Patriarcal”, de autoria da Socióloga Heleieth Saffioti, que relaciona a dominação masculina ao sistema capitalista e racista. Sendo assim, o patriarcado não é somente uma dominação do machismo, com viés ideológico e político, mas também está imerso numa exploração de natureza econômica, onde o maior beneficiado pelo patriarcado capitalista e racista é o homem branco, rico e adulto. (SAFFIOTTI, 1987).

E por fim, existe a “Teoria Relacional” de autoria de Maria Filomena Gregori, no seu trabalho "Cenas e Queixas", de 1990. Analisando o programa SOS – Mulher de São Paulo, organização que atuava na defesa das mulheres vítimas de violência, ela percebeu que muitas das mulheres que buscavam o programa não tinham a intenção de se separar do companheiro, concluindo então que havia nestes relacionamentos uma parceria entre eles, onde a violência aparecia como uma forma de comunicação dos dois, dando significado às suas práticas (SANTOS; IZUMINO, 2005). A autora considera que atribuir papéis específicos e fixos a homens e mulheres resulta numa “dualidade redutora” e que tais limites “são atualizados nas relações interpessoais, [...] entram em uma operação combinatória particular em cada relação de violência” (GREGORI, 1993, p. 146), o que permite compreender o contexto em que a violência é produzida e o significado que assume. Gregori (1993, p. 183) entende que a violência conjugal pode ser uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre os parceiros e que homens e mulheres conferem significados às suas práticas na interação com o outro. Gregori considera a violência como parte de um jogo relacional, em que nas cenas de brigas, o homem e a mulher concorrem com imagens de masculinidade e feminilidade, compreendendo a violência de forma dialógica.

4 A EXPERIÊNCIA DE FOZ DO IGUAÇU

O curso de Promotoras Legais Populares em Foz do Iguaçu surgiu com duas pessoas à frente: Danielle Araújo, antropóloga e professora da Unila e a Educadora Social Elza Mendes, uma liderança muito atuante de Foz do Iguaçu. O contexto para a iniciativa do curso na cidade parte da professora Daniele, que já conhecia as PLPs em razão do seu doutorado na Universidade federal do Rio Grande do Sul, UFRGS. Em decorrência do feminicídio de sua orientanda e amiga Martina Piazza¹⁵ ocorrido em 2014, a sua relação com Foz do Iguaçu muda drasticamente e ela cria um engajamento muito maior na luta contra o machismo e o feminicídio, e toda essa estrutura patriarcal dominante.

[...]A Martina era minha orientanda, e mais que minha orientanda era minha amiga. Aquele crime foi um crime que eu diria que quase um divisor de águas na minha vida e na minha relação com Foz do Iguaçu e uma série de outras questões, dentre elas essa questão da luta contra o machismo, do feminicídio, dos feminicidas. Na ocasião do julgamento, do assassino da Martina eu fiz algumas mobilizações porque desde o período do crime eu tive uma sensação muito ruim. Porque além do crime em si tinha outro crime que estava acontecendo paralelamente que foi aquela pergunta maldita e básica que sempre acontece em casos de feminicídios que é “O que que a mulher fez? Quem era ele? Porque ela estava com ele? Além do que, na ocasião do crime, muitas imagens foram expostas da Martina, e aquilo foi uma coisa muito aterrorizante para mim, e eu conversei com a Elza e nós pensamos em organizar o curso de Plps aqui em Foz [...] (Danielle Araújo, entrevista em 2022)

A professora Danielle participa então de diversos encontros organizados pela Themis e posteriormente tem uma conversa mais detalhada com Renata Jardim, uma das coordenadoras, sobre o seu interesse em levar o curso para a fronteira. Dessa forma ela aponta a importância da Themis como uma forte influência na perspectiva de educação jurídica popular, bem como reforça a importância da União de Mulheres de São Paulo, que após o

¹⁵Martina Piazza Conde, nasceu no Uruguai. Tinha 27 anos e estava no último ano do curso de Antropologia na UNILA (Universidade Federal da Integração Latino – Americana). Sempre presente em discussões de gênero e cultura, conhecida por muitas pessoas e por toda a cena cultural da cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. No dia 2 de Março de 2014, um domingo de carnaval, Martina se apresentou com o grupo de Maracatu, do qual era integrante. Nesta mesma noite, foi até um bar se encontrar com um rapaz. Após sair do local acompanhada, nunca mais foi vista. (Fonte: <https://www.facebook.com/asminasnahistoria/posts/1261476367270924:0>. Acessado em 14/03/2023)

curso ter iniciado em Foz, contou com a presença de Amelinha Teles¹⁶, uma das principais feministas da América Latina e formadora de mais de 5 mil PLPs no Estado de São Paulo.

[...] Então ele tem essas duas dimensões que você aborda aqui, porque o trabalho feito pela União de Mulheres de São Paulo, tem muito a ver com essa abordagem de movimento social, mais feminista, enquanto que a THEMIS vai trabalhar muito mais com essa perspectiva de educação jurídica popular, até por ser uma ONG, e a gente vai ter um pouco das duas coisas, porque a gente tenta, eu sempre tento conduzir o curso na sua dimensão política, na sua dimensão de movimento social, mas a gente dá o curso, o conteúdo do curso tem muito a ver com educação que você chama aqui jurídica popular [...] (Danielle Araújo, entrevista em 2022)

No primeiro curso em 2019 houve uma etapa de inscrição e outra de entrevista, presenciais. Com a Pandemia de Covid-19, as inscrições para o segundo curso foram online, e as entrevistas feitas por telefone, as reuniões precisaram se adaptar ao novo formato e todas estavam bem conectadas e foi muito positivo porque além de formar turma, 2020 proporcionou uma troca com as promotoras de Jaú em São Paulo e foi criada uma cartilha sobre como deveria ser o curso online, seu modelo. Nesse ano também aconteceram campanhas de doação de roupas e alimentos para mulheres de famílias mais carentes, ação essa em conjunto com a Casa do Migrante e a Fundação Nosso Lar. Outra conquista em 2020, durante a pandemia, foi a criação da Rede Nacional de Promotoras Legais Populares, que se comunica através de reuniões no *Whatsapp*, com a promoção de alguns eventos e a criação de uma Carta de Princípios.

Em 2021 não houve turma, momento de retomada pós pandemia. E para 2022, momento em que ocorreram as entrevistas deste trabalho, a ideia seria um processo de inscrição e seleção simultâneos, através de um formulário¹⁷ via *Google Drive*, bastante extenso, procurando fazer algumas perguntas bem específicas, na intenção de tentar identificar o real interesse da candidata.

¹⁶Maria Amélia Teles, conhecida como Amelinha Teles é consultora jurídica e educadora popular feminista em direitos humanos. É membro da União de Mulheres de São Paulo e uma das coordenadoras do Projeto Promotoras Legais Populares e do Projeto Maria, Marias, em parceria com o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais IBCCRIM. (Fonte: https://mulherespaz.org.br/stm_lms_course_category/maria-amelia-teles/ Acessado em 02/02/2023)

¹⁷Link de inscrição: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSev6Bjl9ZIAijy9Lff3FiJzHa9cfM93oGTDqnSiAI2Z8eUsPg/viewform>

A ideia é que seja um curso extremamente popular, de acordo com fala de Elza Mendes. Sendo assim, o conteúdo programático é multidisciplinar, capacitando as mulheres a reconhecerem seus direitos e a violação deles, com foco no exercício da cidadania sob a perspectiva da igualdade de gênero, a cada ano incluindo um novo tema e as aulas têm a duração de 4 horas. Entre os temas¹⁸ abordados estão: Gênero: discussão teórico-conceitual sobre o conceito de gênero/ Feminismo, Direito, Justiça e Legislação, Direitos Fundamentais, Sistema Judiciário e Demandas Coletivas, Direitos Humanos e Direitos Humanos das Mulheres, Violência Doméstica e Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Lei Maria da Penha, Lei do Femicídio, Rede de Assistência, Atendimento de casos de Violência - estupro e agressões e violação de vulnerais. Violência e prostituição na fronteira, Direito das trabalhadoras domésticas e da mulher migrante, Direitos da Criança, Adolescente, idosos e da pessoa com deficiência, Vulnerabilidade social, tráfico de pessoas e aliciamento, Direito à Saúde na fronteira - Violência obstétrica, Direito à diferença – LGBT, Mulheres trans, entre outros. Mas como a educadora social Elza Mendes ressaltou em uma das perguntas da entrevista, o curso vai sempre se adequando às necessidades, como por exemplo uma formação com ênfase ao ECA¹⁹, ou à questão de raça, que foi a demanda da última turma formada.

Os professores são voluntários da rede de atendimento, como do CRAM²⁰, do Juizado, da Patrulha Maria da Penha, da Assistência Social, fazendo com que estes profissionais também conheçam as PLPs, porque as aulas mesmo teóricas se dão a partir da vivência prática de um atendimento, por exemplo. E além dos encontros presenciais aos sábados, são previstas visitas aos órgãos municipais que atuam na prevenção e combate à violência contra a mulher durante a semana.

[...]Os professores são os professores da rede de atendimento, a gente tem professores do CRAM, do Fórum, do Juizado, pessoal da Patrulha Maria da Penha, pessoal que trabalha na Assistência Social, porque a ideia é que esses profissionais também tenham contato com as Plps, e a gente tenta, na medida do possível, fazer com que as aulas venham a partir de uma vivência prática, de um atendimento deles, de uma necessidade das mulheres, então é mais ou menos assim que a gente está construindo[...] (Danielle Araújo, entrevista em 2022)

¹⁸Para maiores informações e dados a respeito dos temas e disciplinas abordadas, vide: <https://www.plpdafronteira.com.br/conteudo-programatico-1>

¹⁹ ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

²⁰CRAM - Centro Referência em Atendimento à Mulher em Situação de Violência

As alunas, em sua maioria, são mulheres de 20 a 30 anos, escolarizadas, mesmo isso não sendo requisito, como fala uma das coordenadoras:

[...] A ideia é que seja um curso extremamente popular, porque se a mulher, mesmo analfabeta, mas ela não lê nem escreve, mas ela fala, ela tem comunicação oral, tem desenvoltura, é aberto, independente da condição da aluna [...] (Elza Mendes, entrevista em 2022)

Muitas trabalham, têm filhos, e tirar um tempo do seu dia para fazer um trabalho voluntário é difícil, e muitas delas são universitárias em tempo integral, inclusive estudantes da Unila e mulheres já formadas, além de mulheres com baixíssima escolaridade, ou seja, o perfil das alunas é bem diversificado.

[...] Eu acho que nós somos conhecidas dentro das cidade, mas pelo menos para mim, eu diria que talvez as pessoas ainda estejam perguntando assim, tá, mas cadê as Plps? Porque ainda falta uma sistematicidade das mulheres que fizeram o curso de poder de fato aplicar isso na comunidade, por conta do perfil, muitas estudam, trabalham, tem filhos e o tempo é difícil, tirar um tempo do seu dia para fazer um trabalho voluntário, eu diria que o curso precisa mudar, ele precisa estar acompanhando as necessidades. Por exemplo, a gente está pensando esse ano em colocar essa mulher na rua de repente para panfletar, para construir material remoto, para estar atuando nas redes que a gente sabe que é um lugar de militância importante hoje em dia[...] (Danielle Araújo, entrevista em 2022)

Existe pouco engajamento dos movimentos feministas da cidade, porém há uma parceria bem frutífera, ainda que sejam diálogos muito iniciais como ressalta a professora Danielle, com o movimento feminista Kuña Poty do Paraguai e com o Baque Mulher, que é de Foz, essas comunicações e trocas de experiências já renderam *lives* e alguns atendimentos em casos bem pontuais envolvendo situações de agressão de mulheres, bem como ações sociais como na questão da dignidade menstrual em 2021²¹. Mas não existem ações permanentes e continuadas, conforme retrata essa fala com preocupação da coordenadora Elza Mendes:

[...]Os movimentos feministas de Foz do Iguaçu, eles são de ondas, (...), eles vem pelo modismo, e isso me incomoda muito, porque, tal dia é dia da mulher negra, então vamos fazer uma ação, e isso é uma ação e não uma política, não é propriamente um desenvolvimento das questões, isso me deixa bem chateada, bem preocupada inclusive [...] (Elza Mendes, entrevista em 2022)

²¹Projeto Tá no Cielo, campanha de arrecadação e doação de absorventes e produtos de higiene para pessoas que menstruam e que são atingidas pela pobreza menstrual. Uma iniciativa do Baque Mulher em parceria com as PLPs de Foz do Iguaçu. (Fonte: <https://www.instagram.com/p/CTIWhqYpfGd/>. Acessado em 22/12/2022)

Importante notar, a respeito da fala acima, que as ações pontuais do movimento feminista não devem ser vistas como uma solução definitiva para a desigualdade de gênero, a luta pela igualdade requer uma abordagem mais ampla e contínua, que envolve mudanças culturais, educacionais, políticas e econômicas, mas cabe salientar, que as ações pontuais e esporádicas do movimento feminista são essenciais, porque elas ajudam a chamar atenção para questões específicas e a conscientizar as pessoas sobre a desigualdade de gênero e outras formas de opressão que afetam as mulheres, ou seja, elas impulsionam às mudanças, são ações que podem incluir protestos, manifestações, campanhas de mídia social, eventos públicos e outras formas de ativismo. Estas ações podem levar à mudança de políticas e práticas prejudiciais, uma campanha bem sucedida por exemplo, pode pressionar uma empresa ou governo a mudar suas políticas para serem mais inclusivas e igualitárias.

4.1 DESAFIOS E DIFICULDADES

As Promotoras Legais Populares (PLPs) desempenham um papel importante na promoção do acesso à justiça e na defesa dos direitos das mulheres e das comunidades vulneráveis. No entanto, as PLPs enfrentam algumas dificuldades, tais como:

1. Falta de recursos financeiros: dificuldade esta que pode limitar a sua capacidade de oferecer serviços jurídicos básicos e realizar ações de mobilização e conscientização nas comunidades.

[..]As dificuldades que eu encontro, que eu percebo, na condição de coordenadora, é a dificuldade de alguns equipamentos da cidade de nos apoiar, todas nós somos voluntárias, as coordenadoras, as alunas que fazem o curso, e de repente um apoio no poder público para a gente seria muito importante. [...] (Elza Mendes, entrevista em 2022)

2. Falta de apoio institucional: As PLPs atuam de forma independente e não contam com o apoio de instituições governamentais ou organizações da sociedade civil. Isso

dificulta a obtenção de recursos e a realização de ações mais amplas, conforme as falas abaixo:

[... Apoio em que sentido, por exemplo encontrar um espaço que pudesse ofertar, o trânsito, a passagem das estudantes, das mulheres que vão fazer o curso, espaços de promoção mesmo do próprio trabalho, isso tem sido difícil, os equipamentos são ainda muito atomizados, eles se fecham ,eu vejo que às vezes até entre eles há uma dificuldade de diálogo e às vezes eles ficam assim muito autocentrados né, tipo nós fazemos o melhor trabalho aqui, e a rede mesmo de atendimento nem sempre na minha opinião funciona como rede, ficam ainda coisas isoladas, e nós como não temos uma institucionalidade, ficamos muito soltas, por exemplo isso tem sido acho que nenhum espaço hoje da rede de atendimento pensou como é que a gente pode fazer pra acolher um pouco mais as Plps e torná-las mais relevantes dentro do nosso processo de trabalho, nunca recebemos nenhum convite nesse sentido, nenhum aceno [...]
(Danielle Araújo, entrevista em 2022)

[...]Os desafios são grandes, a cidade é bem complexa, bem complicada e temos dificuldades sim, não temos nenhum apoio dos órgãos públicos e isso tudo demanda um tempo para que a gente possa enraizar, porque agora nós ainda somos bebês, de 2019 para cá, são 3 anos, nem isso, então é bem complexo e nós precisamos continuar firmes, persistindo, insistindo para que as mudanças ocorram, mas isso é assim desde que o mundo é mundo, então temos essa esperança que um dia consigamos sair dessa condição de vulnerabilidade.[...](Elza Mendes, entrevista em 2022)

3. Falta de reconhecimento institucional: Embora as PLPs sejam bem-vindas em muitas comunidades, nem sempre recebem o reconhecimento e o respeito institucional que merecem.. Isso pode afetar a sua capacidade de influenciar políticas públicas e de promover mudanças sociais mais amplas. Existe uma certa resistência em aceitá-las, conforme retratada na fala abaixo:

[...]As resistências existem, nós estamos mexendo com um vespeiro, os políticos que trabalham a questão do auxílio, do apoio, eles não querem muito que ninguém se emancipe, enquanto não houver a emancipação total vai haver resistência, porque pare e pense, cada vez que temos uma questão a solucionar e precisamos dos órgãos públicos eles dizem não, isso é uma forma de resistência a um trabalho que eles sabem que pode vir a dar outro caminho para as vítimas, eu mesma já ouvi da boca de um secretário: “Nossa, pra quê mais um

grupo nessa cidade?”, e isso é bastante ruim de se ouvir de um assistente social, mas enfim, vamos seguindo em frente.[...] (Elza Mendes, entrevista em 2022)

4. Riscos de segurança: As PLPs, muitas vezes, trabalham em comunidades que enfrentam altos níveis de violência e insegurança. Isso pode colocá-las em risco de violência e intimidação por parte de indivíduos ou grupos que se opõem ao seu trabalho.

5. E o pouco engajamento dos próprios movimentos feministas e sociais da cidade, que segundo a leitura das coordenadoras poderiam colaborar muito para implementação mesmo de políticas sociais, em vez de apenas algumas ações pontuais em datas do calendário.

Essas são algumas das principais dificuldades enfrentadas pelas Promotoras Legais Populares. No entanto, elas continuam a desempenhar um papel fundamental na promoção da justiça social e na defesa dos direitos das mulheres e das comunidades vulneráveis.

4.2 A QUESTÃO DA FRONTEIRA: Para um trabalho mais efetivo das PLPs

O fato de ser uma região de fronteira foi de grande importância também na criação do curso, sendo um grande desafio alguma ação ou projeto que alcance o grande problema que é o tráfico de pessoas, que é pouco discutido. De acordo com as coordenadoras, seria necessário um espaço de diálogo com a rede, que parece ainda não ter percebido a relevância que teria um trabalho articulado com as promotoras nesse âmbito:

[...]Eu acho que a rede, a rede de atendimento ainda não percebeu que as Plps podem fazer um trabalho estratégico nesse sentido, a gente sabe que as instituições até mesmo pela sua natureza jurídica com relação a cena do Brasil, do Paraguai, da Argentina elas vão encontrar muitas dificuldades que às vezes a gente enquanto movimento social seríamos muito mais maleáveis, então a rede não percebeu ainda a potencialidade que a gente pode ter que a GT pode atuar, para isso eles precisavam, a ter mais diálogos conosco no sentido de criar mais espaço, espaços que fossem mais fecundos mais importantes nesse sentido [...] [...]eu vejo que o tráfico de pessoas aqui em Foz do Iguaçu é muito pouco discutido e, uma vez eu fui no aeroporto na Argentina e lá tinham várias fotos de pessoas e aqui não,

aqui parece que não acontece nada, quando na verdade a gente sabe que acontece tudo e algo mais. Mas a gente não tem nenhuma ação efetiva ou uma ação pontual em relação a esse tema não, tá.[...] (Danielle Araújo, entrevista em 2022)

Mesma fala da Educadora Social, Elza Mendes sobre o assunto fronteira e tráfico de pessoas:

[...]O tráfico de pessoas para mim é um tema muito latente, mas até onde eu tenho conhecimento dentro da grade de formação das PLPs foi trazido inclusive por uma agente penitenciária em 2019 a questão do tráfico de mulheres, mas esse é um tema que pra Foz do Iguaçu é um tabu, eu fiz já várias capacitações dentro do tema, mas a dificuldade é a tipificação do crime, você até encontra uma adolescente, uma mulher um jovem mas você não coloca no papel que ela está sendo vítima do tráfico de pessoas[...] (Elza Mendes, entrevista em 2022)

E o curso de Promotoras Legais Populares pode ser um importante meio de enfrentamento, porque as promotoras depois de formadas, vão estar em diferentes espaços sociais, como escolas, igrejas, feiras, sindicatos, além de estar em constante diálogo com o poder público (polícia, tribunais, prefeituras, câmara de vereadores, secretarias, hospitais e outros), elas diretamente serão agentes dispostas a mudar a realidade do local onde vivem e trabalham e superar a opressão de gênero, seja em casa ou em qualquer lugar. Dessa forma, elas podem fornecer informação e orientação dirigida para suas comunidades, principalmente às mulheres e crianças, que são disparadamente o maior alvo dessa prática criminosa, prevenindo assim que mulheres e meninas se tornem vítimas e com isso a informação vai se espalhando para a população em geral. Podem ainda, para mais que fortalecer os laços entre essas pessoas, contribuir para trazer o panorama da vítima para dentro das políticas públicas, contribuindo assim para uma análise multidimensional desse fenômeno.

Eis algumas das formas que as PLPs podem efetivamente contribuir principalmente com a prevenção dessa prática criminosa tão hedionda e desumana:

1. Informação e prevenção: As PLPs podem informar a população sobre os perigos do tráfico de pessoas, como identificar situações de risco e onde buscar ajuda em caso de suspeita ou vítima de tráfico.
2. Orientação jurídica: As PLPs podem oferecer orientação jurídica para vítimas de tráfico de pessoas, ajudando-as a entender seus direitos e a buscar proteção e reparação.

3. Encaminhamento para serviços especializados: As PLPs podem encaminhar as vítimas de tráfico de pessoas para serviços especializados, como abrigos, atendimento psicológico e médico, e outras formas de assistência.
4. Acompanhamento e proteção das vítimas: As PLPs podem acompanhar as vítimas de tráfico de pessoas, oferecendo apoio emocional e proteção, e ajudando a garantir que seus direitos sejam respeitados.
5. Denúncia e enfrentamento: As PLPs podem ajudar a denunciar casos de tráfico de pessoas às autoridades competentes, além de participar de redes de combate ao tráfico e outras formas de enfrentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Promotoras Legais Populares (PLPs) são uma iniciativa importante na luta pela justiça social e pela defesa dos direitos humanos das mulheres em muitos países, incluindo o Brasil. São mulheres que, após um processo de formação, capacitam-se para atuar como multiplicadoras sociais em suas comunidades, levando informações sobre direitos e orientações jurídicas básicas, além de abordarem assuntos que trabalham o processo histórico de ser/tornar-se mulher, bem como temas trazidos pelas próprias alunas, gerando profundas transformações pessoais evidenciando também o aspecto curador que esse projeto propicia.

O trabalho das PLPs é fundamental para a promoção da cidadania e da participação social, permitindo que as mulheres compreendam seus direitos e saibam como acessá-los, o trabalho é realizado em estreita colaboração com as comunidades.

No entanto, o trabalho das PLPs também apresenta desafios, como a falta de recursos e o reconhecimento insuficiente por parte das instituições públicas e governamentais. É fundamental que as PLPs recebam o apoio necessário para continuar seu trabalho em garantir que as mulheres tenham acesso à justiça e à proteção de seus direitos, sabendo reconhecê-los quando estes são violados.

Finalmente, as Promotoras Legais Populares são um exemplo importante de iniciativas comunitárias que buscam promover a justiça social e os direitos humanos. Sua atuação é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde todas as pessoas tenham voz e possam acessar seus direitos de forma efetiva.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 7.901 de 4 de fevereiro de 2013**. Institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas-CONATRAP. 2013. Disponível em: www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas/politica-brasileira (Acessado em: 10 de maio de 2022).

Cidadania, Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: **Manual para Promotoras Legais Populares** / Organização Internacional do Trabalho; Programa Segurança com Cidadania (MDG-F). 2. ed. rev. e ampl. Brasília: OIT, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2005.

GREGORI, Maria Filomena. **Cenas e Queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e prática feminista**. Paz e Terra. Rio de Janeiro/São Paulo, 1993.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática. São Paulo. 1990/1991. P. 154-155

NEVES, Isabela Martins, e Heloísa Storniolo Adegas. **“Promotoras Legais Populares: Rede de Mulheres como Garantidoras de Direitos frente ao Estado Patriarcal”**. *Revista Dos Estudantes De Direito Da Universidade De Brasília*, nº 14 (setembro):280-94. <https://periodicos.unb.br/index.php/redunb/article/view/16575>. 2018.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER <https://ovm.alesc.sc.gov.br/> (Acessado em 01/08/2022)

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1993.

Promotoras legais populares movimentando mulheres pelo Brasil : análises de experiências / orgs. José Geraldo Sousa Júnior, Lívia Gimenes Dias da Fonseca e Paula de Andrade Baqueiro. — 1. ed. — Brasília: Universidade de Brasília, 2019. 336 p.; 21 cm.

SAFFIOTI, Heleieth I. B; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Ed. Revinter. Rio de Janeiro, 1995.

SANTOS, Cecília Macdowell; IZUMINO, Wânia Pasinato. **Violência contra as Mulheres e violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil**. 2005. Disponível em: < <http://eial.tau.ac.il/index.php/eial/article/view/482>>. Acesso em: 26/07/2022.

SARDENBERG, Cecília. **Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista** (transcrição revisada da comunicação oral apresentada ao I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO, NEIM/UFBA, Salvador, 2006, ampliado na versão 2009. Disponível em: < <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/6848> >. Acesso em: 26/07/2022.

TELES, MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA, **Quase duas décadas de Promotoras Legais Populares no Brasil**. In: Lívia Gimenes D. Fonseca; Bistra S. Apostolova; José Geraldo de Souza Junior. (Org). **O Direito Achado na Rua: Introdução Crítica ao Direito das Mulheres**. 2ed. Brasília: UnB 2015, v5, p 47-51.

_____. José Geraldo (orgs). **Introdução crítica ao Direito das mulheres**, vol. 5, 2a edição, 2015. (série O Direito Achado na Rua)

ANEXO

Entrevista com a Professora Danielle Araújo e com a líder comunitária Elza Mendes, coordenadoras do projeto

1. Quem são as coordenações / coordenadoras das Promotoras na cidade de Foz do Iguaçu e qual o “terreno” em que essa capacitação foi pensada e implantada? A história do curso em si, como e quando tudo começou, se a influência se deu mais de uma perspectiva feminista, de conscientização, reivindicações e ações afirmativas de gênero, ou, como no caso das Promotoras de Porto Alegre, seu início se deu mais à uma iniciativa de educação jurídica popular, com as advogadas da THEMIS, voltado para uma visão mais ampliada do direito?

Danielle: Eu diria que seria exatamente uma confluência de questões, o curso em Foz surge de um momento específico e tem duas pessoas inicialmente à frente, que sou eu Danielle Araújo, professora da Unila, e a Elza que é uma liderança aqui de Foz, uma pessoa muito atuante. Para mim o curso, vai surgir no seguinte contexto, eu sou de Fortaleza, mas eu fiz o meu doutorado na UFRGS, que é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e lá eu conheci as PLPs, mas eu te confesso que naquela ocasião fiquei sabendo um pouco do projeto mas não fui atrás, não tinha a pretensão de implantá-lo em local algum, mas acontece que, em 2014, uma estudante da Unila chamada Martina Piazza foi assassinada, um crime que teve uma repercussão muito grande na cidade e na América Latina porque teve um impacto muito forte no Uruguai, país de origem dela. A Martina era minha orientanda, era minha amiga, e aquele crime foi um divisor de águas na minha vida e na minha relação com Foz do Iguaçu e uma série de outras questões, dentre elas a luta contra o machismo, o feminicídio, os feminicidas, e na ocasião do julgamento do assassino da Martina, eu fiz algumas mobilizações porque desde o período do crime eu tive uma sensação muito ruim, porque além do crime em si tinha outro crime que estava acontecendo paralelamente, que foi aquela pergunta maldita e básica que sempre acontece em casos de feminicídio que é “O que a mulher fez? Quem era ele? Porque estava com ele?” Além do que, na ocasião do crime, muitas imagens foram expostas da Martina, e aquilo foi uma coisa aterrorizante para mim, e na ocasião do julgamento eu conversei com a Elza e nós pensamos em organizar o curso de PLPs aqui em Foz. Nesse mesmo período eu estava partindo, estava me afastando da Unila por um ano, para

fazer meu pós-doutorado, então eu falei que quando eu retornasse, gostaria de fato de fazer a implantação desse curso aqui na fronteira. Então, pra mim na verdade o curso nasce aí. Embora eu tenha saído de Foz, fiquei afastada por um ano e só retornei um ano depois, quando voltei tentei cumprir aquilo que eu havia conversado com a Elza. Então teve um encontro em São Leopoldo na Unisinos organizado pela THEMIS, na ocasião tinham várias discussões que envolviam as Plps e eu fui, com meus recursos próprios para assistir, e lá chegando conheci várias Plps, conversei com elas, assim como também conversei com a Renata Jardim, que é uma das coordenadoras da THEMIS e pedi mais informações, eu já havia conversado com ela antes por telefone, falei desde o princípio do meu interesse de trazer esse curso aqui para a fronteira. Então, depois desse encontro eu procurei participar de todas as mesas que tinham alguma discussão e que tinham a presença de Plps, e em seguida fui até Porto Alegre, até a sede da THEMIS para conversar de uma forma mais detalhada com a Renata.

Então o nosso curso nasce com uma forte influência da THEMIS obviamente, mas também com uma influência muito forte da União de Mulheres de São Paulo, porque posteriormente, após já termos iniciado o curso, tivemos a graça de ter a presença da Amelinha Teles, presencialmente aqui conosco. Esse foi um momento realmente muito importante para mim e para a consolidação da proposta. Sendo assim o nosso curso tem essas duas dimensões que vc aborda aqui, porque o trabalho feito pela União de Mulheres de São Paulo tem muito a ver com essa abordagem de movimento social mais feminista, enquanto a THEMIS vai trabalhar muito mais com a perspectiva de educação jurídica popular, até por ser uma ONG, então a gente vai ter um pouco das duas coisas, porque tentamos, eu sempre tento, conduzir o curso na sua dimensão política, na sua dimensão de movimento social, e o conteúdo do curso tem muito a ver com educação que você chama aqui de jurídica popular.

Elza: Sem resposta a essa pergunta.

2. Além de ser um canal de participação / capacitação mais ativo das mulheres e também de empoderamento, quais outras atividades são desenvolvidas, além das aulas? Existe um calendário dessas ações?

Danielle: Sim. A proposta do curso é uma participação, o ideal seria se a tivéssemos algumas ações seguindo o calendário feminista, que em todas as datas importantes tivéssemos algum tipo de ação. Eu particularmente gosto muito das ações de rua, nem sempre isso é possível e

no Brasil isso tem sido cada vez menos possível, fica muito no ativismo da internet, no ativismo remoto nesse sentido. Mas assim, falando especificamente das coisas que a gente já fez, o primeiro curso ele foi feito com muita garra, com muita fibra, por todas nós, eu digo por todas nós porque tivemos um grupo de mulheres que de alguma forma acreditaram o desconhecido, muitas nunca tinham escutado falar em Plps e nem por isso deixaram de participar, deixaram de estar presentes nas aulas, e logo em seguida tomamos o tombo da pandemia, 2020 foi uma coisa que interrompeu, porque estávamos num processo de construção da associação, de diálogos e debates, e isso foi um freio tremendo, a associação não conseguiu sair no prazo pensado, veja, a gente começou a discutir a associação em 2019 e ela só foi formalmente legalizada no final e 2020, e a pandemia ela foi um elemento muito forte, porque a gente não só não conseguiu se encontrar como tinha também a questão do cartório que estava fechado e como todo movimento social, essas coisas precisam daquilo que eu chamaria de um calor da hora e, se isso é interrompido a coisa vai se dispersando, e foi isso que aconteceu. Mas em 2019 por exemplo, fizemos algumas atividades na rua, contra o tráfico de pessoas, tivemos uma intervenção no terminal rodoviário no mês de agosto, fazendo leituras num sistema de som de trechos da Lei Maria da Penha, fizemos panfletagem, participação em algumas atividades da cidade, então, é mais ou menos tentar seguir o calendário feminista, mas obviamente que isso não é fácil.

Elza: Sem resposta a essa pergunta.

3. Quem são as alunas? Há algum tipo de seleção, qual? Quem são os professores e suas capacitações?

Danielle: As alunas tem sido um público bastante diversificado como eu te falei, e como a gente tá nesse primeiro momento, a ideia da proposta quando iniciamos o primeiro curso, ele tinha que ser de fato muito abrangente, não dava pra dizer de onde seriam as alunas, a nossa intenção é sempre ter o máximo de pessoas da comunidade, o que é uma grande dificuldade e uma grande contradição, porque o nosso sistema de inscrição é online e isso por si só já é uma forma de seleção porque sabemos que nem todo mundo tem acesso, nem todo mundo consegue entrar no *Google Meet* e preencher um formulário. No primeiro curso fizemos uma inscrição e uma entrevista, que era um processo seletivo, no segundo curso que foi no sistema já online por causa da pandemia, seguimos o mesmo formato mas com entrevistas por telefone, e em 2021 não conseguimos formar turma, realmente não conseguimos nos

organizar, foi um momento de pós pandemia, que é mais ou menos o que estamos vivendo hoje, mas por exemplo, posso te dar uma informação bastante fresca que nesse ano o curso ele vai ter um processo de inscrição e seleção ao mesmo tempo, porque nós construímos um formulário via *Google Drive* que é bastante extenso e que procura já fazer algumas perguntas bastante específicas no sentido de tentar identificar o real interesse dessa candidata ao curso, se de fato ela está interessada, se ela quer participar ou se de repente ela fez a inscrição só porque é uma inscrição gratuita, entrou lá e começou a preencher, o que não queremos, nós queremos pessoas realmente interessadas.

Os professores são da rede de atendimento, temos professores do CRAM²², do Fórum, do Juizado, tem o pessoal da Patrulha Maria da Penha, o pessoal que trabalha na assistência social, porque a ideia é que esses profissionais também tenham um contato com as Plps, e a gente tenta, na medida do possível, fazer com essas pessoas por elas terem um trabalho muito prático, que as aulas mesmo quando são teóricas venham a partir de uma vivência, de um atendimento deles, de uma necessidade das mulheres, então é mais ou menos assim que a estamos construindo.

Elza: A ideia é que seja um curso extremamente popular, porque se a mulher, mesmo analfabeta, tem uma comunicação oral, tem desenvoltura, o curso é aberto, independente da condição da aluna. Até o momento as nossas turmas tem sido bem ecléticas, tem tido algumas mulheres da comunidade, mas principalmente acadêmicas e professoras universitárias ou de cursos técnicos. Uma das questões é que nós não conseguimos chegar de fato nas mulheres vítimas de violência com mais vulnerabilidade, pelas questões mesmo de engajamento, às vezes as mulheres não estão predispostas, não estão estimuladas a se envolverem com as questões pertinentes, isso pensando no perfil das estudantes. Os professores são advogados, juízes, promotores, psicólogos, agentes penitenciários, a guarda municipal, enfim, é feita uma pré-seleção, quais serão os temas, quais questões precisam ser levantadas. Isso é feito pela coordenação, Dani, Wal e eu, entre outras mulheres, a Sirlei, enfim, são várias as mulheres que tomam a frente, mas como eu te disse, é um trabalho voluntário e as pessoas precisam se disponibilizar para prestar esse serviço que é de suma importância para o município de Foz do Iguaçu.

²² CRAM - Centro de Referência de atendimento à mulher. O CRAM oferece atendimento e acompanhamento psicológico, social, jurídico, orientação e informação às mulheres em situação de violência; presta orientação sobre os diferentes serviços disponíveis, para prevenção, apoio e assistência. (Fonte: <https://foz.portaldacidade.com> acessado em 22 de novembro de 2022)

4. Qual é o perfil das Plps de Foz?

Danielle: Esse perfil também é bem diversificado Gisele, tivemos na primeira turma uma desigualdade de fato muito grande em termos de perfil, por exemplo, nós tivemos uma colega que era formada em direito e que ainda assim achou interessante fazer o curso, estar lá, conhecer os profissionais que trabalham na rede, assim como tínhamos pessoas de baixíssima escolaridade e essas pessoas também eram muito importantes, porque partimos do princípio que a necessidade da justiça não está somente para os letrados. O projeto precisava ser mais organizado, de repente focar em um bairro, de focar em determinado espaço, mas isso não foi possível ainda, então assim, de um modo geral, eu diria que o projeto tem em sua maioria mulheres entre 20 a 30 anos, algumas delas já são formadas, uma grande parte também são universitárias, inclusive estudantes da Unila, e essas mulheres na sua maioria mesmo apesar de serem escolarizadas, ou já terem filhos ou serem casadas, ainda assim, quando se deparam com o papel da Patrulha Maria da Penha, sobre o que é uma medida protetiva, o que faz o CRAM, o que faz o Fórum, eu vejo que essa informação para elas é nova sabe, elas podem até saber de repente que existem esses serviços mas não sabem especificamente o que eles fazem, e no curso elas descobrem o que esses lugares fazem e muitas vezes passam a ter contato com essas pessoas de uma forma um pouco mais próxima.

Elza: Fica difícil falar de renda porque nós atingimos diferentes públicos, mais importante que pensar no perfil da mulher vítima de violência ou da mulher que vai estar trabalhando com isso, é que ela tenha o perfil de poder ou querer ajudar outras mulheres, isso é de suma importância. Se ela conhece e tem participação ativa em trabalho voluntário, se ela se envolve com os assuntos pertinentes às necessidades das mulheres, se ela tem noção ou não do regime patriarcal que nós vivemos, enfim, tem uma série de questões que são levadas em consideração para cumprir com essa necessidade ou com esse comprometimento.

5. Como vem se constituindo o trabalho das Plps na região de Foz do Iguaçu? Houveram mudanças desde o primeiro curso?

Danielle: É uma pergunta difícil de te responder porque acho que nós ainda não tivemos tempo, acho que é inclusive uma coisa que eu já falei pra você, eu acho que hoje nós somos conhecidas dentro da cidade, mas pelo menos para mim, eu diria que talvez as pessoas ainda estejam perguntando assim: tá, mas cadê as Plps? Porque ainda falta uma sistematicidade das

mulheres que fizeram o curso de poder de fato aplicar isso na comunidade né, por conta disso, por conta da sua pergunta anterior, do perfil, muitas estudam, trabalham, tem filhos e é difícil tirar um tempo do seu dia pra fazer um trabalho que é voluntário, eu diria que a mudança que a gente tem que fazer, o curso ele precisa mudar, e a gente tá pensando, nesse ano que vai acontecer, que vai de agosto a até o final do ano, puxar muito mais para atividades práticas, colocar essa mulher na rua para de repente panfletar, para construir material remoto, para estar atuando nas redes que a gente sabe que é um lugar de militância importante hoje em dia, então, o primeiro e o segundo curso em termos de conteúdo foram muito similares, esse terceiro tem algumas alterações, mas a grande mudança mesmo eu acho que é o fato da gente ser um pouco mais conhecida, inclusive pelo pessoal que trabalha na rede.

Elza: Por ser um trabalho voluntário, ele é muito moroso, é um trabalho que não é fácil de ser executado, porque podemos abordar uma mulher dez vezes, se ela não estiver fortalecida o suficiente para sair da condição de vítima, ela vai continuar ali e o nosso papel enquanto promotoras é estar fortalecendo para que ela tenha meios de sair daquela condição. Os desafios são grandes, a cidade é bem complexa, bem complicada e temos dificuldades sim, não temos nenhum apoio dos órgãos públicos e isso tudo demanda um tempo para que a gente possa enraizar, porque agora nós ainda somos bebês, de 2019 para cá, são 3 anos, nem isso, então é bem complexo e nós precisamos continuar firmes, persistindo, insistindo para que as mudanças ocorram, mas isso é assim desde que o mundo é mundo, então temos essa esperança que um dia consigamos sair dessa condição de vulnerabilidade.

6. Quais as dificuldades encontradas na implementação do projeto e quais o curso enfrenta ainda hoje? Houve resistência de algum setor, por exemplo?

Danielle: As dificuldades que eu encontro, que eu percebo, na condição de coordenadora, é a dificuldade de alguns equipamentos da cidade de nos apoiar, todas nós somos voluntárias, as coordenadoras, as alunas que fazem o curso, e de repente um apoio no poder público para a gente seria muito importante. Apoio por exemplo num espaço que pudesse ofertar, o trânsito, a passagem das estudantes, das mulheres que vão fazer o curso, espaços de promoção mesmo do próprio trabalho, isso tem sido difícil, os equipamentos ainda são muito atomizados, eles se fecham, eu vejo que às vezes até entre eles há uma dificuldade de diálogo e às vezes eles ficam assim muito autocentrados, tipo, nós fazemos o melhor trabalho aqui, e a rede mesmo de atendimento nem sempre na minha opinião, funciona como rede. Ficam ainda coisas

isoladas, e nós como não temos uma institucionalidade, ficamos muito soltas, nenhum espaço hoje da rede de atendimento pensou como fazer para acolher um pouco mais as Plps e torná-las mais relevantes dentro do nosso processo de trabalho, nunca recebemos nenhum convite nesse sentido, nenhum aceno. Todo mundo apoia verbalmente o projeto mas em termos de ações práticas eu acho que isso não existe, e a gente sabe que o trabalho das promotoras na fronteira poderia ser de suma importância, de suma relevância, tendo em vista a própria complexidade da fronteira, as dificuldades de trânsito de um lugar para outro, de legislação de um lugar para outro, a criminalidade que utiliza a fronteira como uma forma de manutenção da impunidade, as fugas, então tudo isso poderia ser melhor trabalhado, mas eu acredito que mesmo as próprias instâncias do ponto de vista da fronteira, não dialogam tanto quanto poderiam. E aí quando eu falo de diálogo eu não estou falando da questão oficial proforma que eles encontram, eu estou falando do ponto de vista da prática mesmo, de produzir por exemplo material informativo trilingue, considerando a questão guarani, a questão indígena, formas de apoio efetivos mesmo sabe, de repente de uma mulher que sofre algum tipo de violência que pudesse ser informado às autoridades e o autor foi para o Paraguai, então como é que a gente vai identificar, atuar e pegar esse elemento, enfim, coisas desse tipo, estou me referindo a um chão mesmo, não à encontros oficiais, que embora também tenham sua importância política, muitas vezes acabam estagnados ali naquele momento, não aterrissam na necessidade prática da coisa.

Elza: As resistências existem, nós estamos mexendo com um vespeiro, os políticos que trabalham a questão do auxílio, do apoio, eles não querem muito que ninguém se emancipe, enquanto não houver a emancipação total vai haver resistência, porque pare e pense, cada vez que temos uma questão a solucionar e precisamos dos órgãos públicos eles dizem não, isso é uma forma de resistência a um trabalho que eles sabem que pode vir a dar outro caminho para as vítimas, eu mesma já ouvi da boca de um secretário: “Nossa, pra quê mais um grupo nessa cidade?”, e isso é bastante ruim de se ouvir de um assistente social, mas enfim, vamos seguindo em frente.

7. Na pandemia quais foram as preocupações e medidas adotadas, uma vez que a vulnerabilidade das mulheres é muito maior em isolamento?

Danielle: Veja, no período da pandemia, acho que nós estávamos bem concetadas, até porque durante a pandemia conseguimos realizar a segunda turma, e eu vejo a segunda turma como

algo extremamente positivo, apesar de ter acontecido de forma remota. Foi uma turma que se sustentou até o fim, mas não foi coordenada por mim, eu confesso que eu não tinha condições de ficar tanto tempo diante do computador mediando os encontros que aconteciam aos sábados, então foi uma turma extremamente exitosa, apesar dessa modalidade, e eu acho que as mulheres conseguiram aos poucos ir construindo confiança, nós fizemos uma coisa muito interessante que acabou se tornando modelo para outras Plps, houve uma reunião com as promotoras de Jaú, que pediram para conversar conosco, nós criamos uma cartilha sobre o curso online, como deveria ser, da importância da mulher procurar um espaço mais tranquilo, de utilizar fone para ouvir e falar certas coisas, então foi bem interessante, foi muito bom, foi positiva a realização desse curso online, então o curso em si já foi uma ação, porque tiveram mulheres que se sentiram muito acolhidas, podiam falar de problemas que estavam passando, ouvir questões de outras mulheres também, acabava que tinha importância nesse sentido, e também fizemos campanhas de doação de alimentos juntamente com a Fundação Nosso Lar²³ para entregar para as mulheres de famílias mais carentes, roupas também, teve um período que a gente também fez isso junto com a Casa do Migrante²⁴ que foi uma ação bem interessante que conseguimos realizar durante a pandemia.

Elza: Durante a pandemia, como todas e todos estávamos em isolamento, eu mesma fiquei dois anos praticamente só dentro de casa, então se eu disser que eu agi em mais que um ou dois casos vou estar mentindo, até porque muitas mulheres não tinham como se comunicar, entrar em contato, foi um período extremamente difícil, mas foi aí também que se ampliaram as buscas por proteção e, em Foz do Iguaçu estourou um número muito alto de mulheres pedindo medida protetiva, ou seja, de alguma forma algumas coisas funcionaram.

8. O curso atualmente envolve também outras instituições? Quais são elas e quais seus papéis?

²³ Tradicional casa de acolhimento de crianças e adolescentes. A Fundação Nosso Lar é uma instituição de assistência criada nos anos noventa pelo padre Arturo Paoli, missionário da Congregação dos Pequenos Irmãos de Jesus, que por onde andou se dedicou a apoiar os mais desvalidos e necessitados. Com inspiração cristã e amor ao próximo, a atuação do padre Arturo se destacou por abraçar os preceitos da teologia da libertação, doutrina com base na qual ele atuou nos países da América do Sul onde esteve antes de se fixar em Foz do Iguaçu, voltando-se para as famílias dos migrantes, dos camponeses sem terra, dos indígenas e dos trabalhadores informais que ficaram à margem do progresso econômico e comercial da fronteira trinacional. (Fonte: <https://www.h2foz.com.br/opiniao> acessado em 22 de novembro de 2022)

²⁴ A Casa do Migrante de Foz do Iguaçu acolhe e presta assistência imediata aos migrantes com base em suas necessidades, sejam de trabalho, saúde, regularização migratória, entre outras. (Fonte: <https://scalabrinianas.org.br/cmigrante-foz> acessado em 22 de novembro de 2022)

Danielle: Temos tido sempre um envolvimento com o movimento feminista Cuña Poti do Paraguai, que parece ser muito importante, no sentido de comunicações, troca de experiências, já conseguimos fazer uma live com elas e já fizemos atendimentos em casos bastante pontuais envolvendo situações de agressão de mulheres. Temos feito também uma parceria muito importante com o Baque Mulher²⁵, que é um grupo feminista de mulheres que tocam tambor, de Recife, com filial aqui em Foz do Iguaçu, fizemos uma ação na questão dos absorventes recentemente. Então assim, sempre que é possível temos tido diálogos, mas eu diria que ainda muito iniciais, muito incipientes, porque não há um programa, ou seja, não há ainda uma continuidade, e isso é um desafio né, manter um programa e dar continuidade com ações pontuais, muitas vezes só é possível com um projeto, e como é uma ação voluntária, muitas vezes só vai acontecendo através da ligação de algumas pessoas, de alguns agentes, que vão lá e as pessoas vão se somando, mas isso em si é um caminho que está sendo construindo.

Elza: As parcerias são bem poucas, nesse ano nós estamos com a parceria da igreja católica lá da região sul que nos fornece o espaço, no mais não temos outras parcerias, a guarda municipal dá aula, mas é a pessoa e não a instituição, e aí são pessoas mesmo que nós podemos contar, no mais é a nossa vontade mesmo de fazer, de executar o que tem que ser executado. Nós temos também uma parceria razoável com o Cuña Poti do Paraguai, duas das meninas de lá já estão formadas Plps, mas assim, bem complicado a questão das parcerias e instituições de Foz do Iguaçu, eu já me senti muito mal em algumas reuniões para organização dos 16 dias de Ativismo²⁶, era como se fôssemos um nada, foi essa a minha sensação em 2019.

9. Existe a adesão (participação) dos movimentos feministas e de outros movimentos sociais? Se sim, como se dá essa interação? E se não, qual seria na sua opinião o motivo dessa não adesão?

Danielle: Já respondi na pergunta anterior, esses movimentos, Cuña Poti, Baque Mulher, a Casa do Migrante que a gente é muito parceira, acho que talvez essa seja a instituição que

²⁵ Para saber mais visite: <https://baquemulher.com.br>

²⁶ Os 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres é uma campanha anual e internacional que começa no dia 25 de novembro, Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, e vai até 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos. No Brasil, a mobilização abrange o período de 20 de novembro a 10 de dezembro. (Fonte: <https://www.onumulheres.org.br/16dias> acessado em 22 de novembro de 2022)

mais trabalhamos até o momento, a Fundação Nosso Lar na questão dos alimentos, seriam esses. Agora, há que se considerar, acho que é muito importante Gisele, a cidade de Foz do Iguaçu, sua fronteira, a natureza da fronteira, sua vida social, não é uma natureza de reivindicação, tendo em vista as formas de trabalho que existem na fronteira né, é sempre um lugar assim, como eu poderia dizer, acho que até mesmo pela questão da zona franca, de Ciudad del Este, as pessoas vêm pra fronteira de alguma forma à trabalho, oportunizam determinados tipos de trabalho. A maior empregadora aqui da fronteira é a Itaipu²⁷ e os trabalhadores da Itaipu não são digamos assim trabalhadores questionadores da sua própria lógica de trabalho, de fazer greve, não vejo a Itaipu, apesar de ser uma estatal, eu não vejo os trabalhadores nessa posição, então não existe na fronteira muitos movimentos sociais, muitos movimentos feministas, e isso tem um impacto nos grupos né, muitas vezes não cria um caldo propício, eu faço um pouco essa leitura, a gente não pode, acho que qualquer lugar, qualquer projeto, quando implantado em algum lugar ele vai sofrer as consequências do lugar, seja por bem, seja por mal, e a fronteira não é um espaço legítimo dos movimentos sociais, das reivindicações, enfim.

Elza: Os movimentos feministas de Foz do Iguaçu são de ondas, eles não têm ações permanentes, continuadas, eles vem pelo modismo, e isso me incomoda muito porque há uma ação por exemplo no Dia da Mulher Negra²⁸, mas apenas uma ação, não existe uma política, não há propriamente um desenvolvimento das questões, isso me deixa bem chateada e bem preocupada inclusive.

10. Atualmente, os cursos de promotoras seguem mais ou menos o mesmo tema de trabalho, dentro de uma educação popular transformadora: “A questão de gênero e a leitura crítica sob a ótica feminista, da Lei Maria da Penha e do Direiro e da Justiça”, mas sabemos que as demandas regionais criam novos desafios e modificam o

²⁷ Usina Hidrelétrica de Itaipu - A Barragem de Itaipu é uma enorme barragem hidroelétrica binacional localizada no rio Paraná, entre o Brasil e o Paraguai. (Fonte: <https://www.itaipu.gov.br/> acessado em 22 de novembro de 2022)

²⁸ Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha - Comemorada no dia 25 de julho, a data remonta ao ano de 1992 quando, em Santo Domingo, República Dominicana, realizou-se o 1º encontro de Mulheres Negras Latino-Americanas e Caribenhas. O encontro, além de propor a união entre essas mulheres, também visava denunciar o racismo e machismo enfrentados por mulheres negras, não só nas Américas, mas também ao redor do globo. Essa importante reunião conseguiu que a ONU, ainda em 1992, reconhecesse o dia 25 de julho como Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha. (Fonte: <http://www.sipad.ufpr.br/portal/dia-internacional-da-mulher-negra-latino-americana-e-caribenha/> acessado em 22 de novembro de 2022)

programa se assim for necessário, particularidade prevista na Carta de Princípios, concluída em 2004. A pergunta é, existem além dessas, alguma característica que faz o curso de promotoras de Foz se diferenciar dos demais no país? Houve alguma demanda específica? O fato de ser uma área de tríplice fronteira influenciou na criação do curso?

Danielle: O fato de ser uma área de tríplice fronteira, claro, influenciou muito na criação do curso, e o nosso grande desafio é trabalhar com a fronteira né, aquilo que eu estava falando de termos algum tipo de espaço, de órgão que trabalhe com esse diálogo, que faça esse diálogo com a rede, então eu vejo isso como um grande desafio, não só para as Plps, mas eu diria que para toda a rede de atendimento. Eu acho que a rede ainda não percebeu que as Plps podem fazer um trabalho estratégico nesse sentido, a gente sabe que as instituições, até mesmo pela sua natureza jurídica com relação a cena do Brasil, do Paraguai, da Argentina, vão encontrar muita dificuldade que, às vezes, nós como movimento social seríamos muito mais maleáveis, então a rede não percebeu ainda essa potencialidade, para isso eles precisavam ter mais diálogos conosco no sentido de criar mais espaço, espaços que fossem mais fecundos, mais importantes nesse sentido. Porque o desafio é a fronteira, eu acho que a gente teria condições de, obviamente que uma grande questão que também está atrelada às perguntas anteriores que você fez, fazer com que as mulheres se envolvam mais, para além de uma ideia de curso, mas que criem uma militância, que ela seja ativa, que ela seja presente, eu diria que a diferença, a grande diferença das promotoras em relação aos demais cursos é a nossa preocupação com a fronteira, o que inclui várias coisas, o tema da língua né, isso tem muito a ver com o que eu falei na primeira pergunta, eu me recordo quando sofremos aqui em Foz com o assassinato da Martina, a questão do trânsito, eu acho que é uma coisa que nós professores e estudantes da Unila temos também com uma universidade que é da integração latino-americana estar localizada numa fronteira, por exemplo, quando se tem um homicídio, a questão do trânsito desse corpo, os aspectos legais, as dificuldades de trasladar de um país para outro, os aspectos jurídicos, burocráticos, econômicos, tudo isso está presente, tudo é um grande desafio e nós como promotoras e eu também sempre defendi e continuo defendendo, temos sempre que falar da fronteira, sua dimensão é importantíssima, porque não podemos pensar num serviço de atendimento à mulher somente em Foz do Iguaçu, enquanto a gente sabe que a fronteira pode ser um espaço de fuga e pode, como eu falei, oportunizar para o agressor a impunidade.

Elza: O curso vai se adequando de acordo com a necessidade, a demanda da última turma por exemplo foi trabalhar também a questão de raça e não apenas a de gênero, e também questões ligadas ao ECA²⁹. Então, já se amplia o campo de visão, a mãe não é sozinha, tem os filhos, a mulher não é apenas a mulher branca, tem a negra, a azul e a amarela.

11. Como é feito o trabalho de prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas? As promotoras atuam nessa demanda também? Como se dá esse trabalho?

Danielle: Eu diria que esse é um tema bastante difícil, a gente tem feito discussões, mas discussões teóricas, a gente tem participado de alguns encontros promovidos pelo IDESF³⁰, mas assim, atuado como eu realmente acho que é possível atuar, sendo bem direta e bem honesta, não. Inclusive eu acho que precisa de mais qualificação, eu vejo que o tráfico de pessoas aqui em Foz do Iguaçu é pouco discutido e, uma vez eu fui no aeroporto na Argentina e lá tinham várias fotos de pessoas desaparecidas, e aqui não, aqui parece que não acontece nada, quando na verdade a gente sabe que acontece tudo e algo mais. Mas a gente não tem tido nenhuma ação efetiva ou pontual em relação a esse tema não, tá.

Elza: O tráfico de pessoas para mim é um tema muito latente, mas até onde eu tenho conhecimento, dentro da grade de formação das Plps, o assunto foi trazido por uma agente penitenciária em 2019, mas esse é um tema que para Foz do Iguaçu é um tabu. Eu já fiz várias capacitações dentro do tema, mas a dificuldade é a tipificação do crime, você pode encontrar uma adolescente, uma mulher, uma jovem, mas você pode colocar no papel que ela estava sendo vítima do tráfico de pessoas.

12. De que forma o trabalho das Plps de Foz vêm contribuindo para o enfrentamento da violência contra a mulher e efetivação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em suas diferentes expressões?

Danielle: Olha, eu vejo assim, a gente tem a nossa rede bem curta, bem pequena entre nós, em redes sociais como o Whatsapp, Instagram, Facebook, sempre tentando fazer esse

²⁹ O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que regulamenta o artigo 227 da Constituição Federal, define as crianças e os adolescentes como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demandam proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. (Fonte: <https://www.gov.br> acessado em 22 de novembro de 2022)

³⁰ O Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF) é uma instituição civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com sede em Foz do Iguaçu (PR), que tem como objetivo a criação de mecanismos para promover a integração entre as regiões de fronteira, o fortalecimento das relações políticas, sociais e econômicas e o combate aos problemas próprios dessas regiões. (Fonte: <https://www.idesf.org.br/> acessado em 22 de novembro de 2022)

trabalho, agora, uma coisa muito importante, o curso, ele tem um aspecto curador, muitas vezes para a mulher que faz o curso, que vive o curso, que o experimenta, ele tem uma intensidade muito grande, eu sou testemunha de transformações pessoais impressionantes, de pessoas que muitas vezes entraram no curso com a autoestima muito baixa, com relações muito conturbadas, e que de repente essa mulher se transformou, mulheres que tinham históricos de anos de um casamento e que sofriam violências e realmente é muito difícil, por exemplo, você pode passar toda a informação, dar todo o apoio, todo o aconselhamento, mas sair de um relacionamento violento, de um relacionamento tóxico, é uma decisão individual, uma decisão da mulher. Não podemos dizer: “olha, você não vai estar mais com fulano de tal”, e muitas vezes é um processo muito lento, a gente teve casos de colegas que a gente sabia, lamentavelmente, e que a gente tentava atuar, ou então que a gente não tinha plena certeza mas que a gente via que às vezes era um relacionamento tóxico e que a mulher de repente, num dado momento foi lá e fez, oficializou e se separou, então eu vejo que a gente tem a nossa rede onde a gente se comunica e faz trocas, a gente faz alguns atendimentos individuais esporádicos, que vai chegando que vai chegando e vamos nos apoiando, mas o curso ele tem tido um impacto muito forte individualmente. Eu acho que o que falta mesmo é conseguir organizar um grupo de mulheres que consigam fazer a transmissão de alguns conhecimentos e prestar apoio de forma mais sistemática, através de uma coisa que está faltando as Plps consolidarem em Foz, que é o SIM, o Sistema de Informação à Mulher, a gente não conseguiu ainda porque não houve ainda um coletivo, é tudo muito pequeno, somos uma média de 40 mulheres, quando eu vejo que em São Paulo são mais de 5 mil mulheres, então a gente tem um trabalho de multiplicação que é muito importante ser feito aqui.

Elza: O trabalho é desenvolvido muito individualmente, cada vez que surge um caso nós vamos lá e tentamos solucionar, auxiliar a vítima nas questões que ela está em sofrimento, mas o que dificulta é a distância de uma Plp para outra. Eu moro na região norte e, por telefone fiz um atendimento que seria de uma pessoa na região sul, isso eu pedindo no grupo que alguém interviesse, porque a pessoa que era formada não sabia o que fazer, eu acho também que é uma questão de comprometimento, nosso trabalho não pode ser feito pelo outro, se a demanda chegou para mim eu vou tentar solucionar, se eu não conseguir dar andamento, aí sim peço ajuda.

13. De que forma as coordenações regionais se comunicam? Existe um canal de trocas e interação?

Daniella: Esse foi um ponto positivo da pandemia, possibilitou que fosse criado uma rede nacional de promotoras legais populares, essa rede se comunica por meio de alguns encontros, de reuniões, whatsapp, promoção de alguns eventos, interação entre si tem sido mais ou menos nesse sentido, eu acho que a rede foi uma coisa muito importante porque fez com que a gente conseguisse visualizar o tamanho e a potência desse projeto, então assim, companheiras de SP, do interior de SP, de Curitiba, de POA, a rede foi muito importante nesse sentido, e claro, ainda também muito inicial, ainda procurando uma metodologia, ainda procurando encontrar uma forma de comunicação, mas foi uma coisa muito positiva, estávamos todas confinadas e fizemos uma formação com, se eu não me engano, doze módulos de encontros e de informações pontuais e depois a criação de uma Carta de Princípios das Plps, e isso tem seguido.

Elza: Nós temos a rede nacional de Plps da qual fazemos parte também, e há essa troca, e os grupos que nós temos no município onde fazemos as ações e as devolutivas dessas ações. Esse é um desafio também, nos aproximarmos para estarmos mais juntas e mais perto para maiores soluções. Um abraço forte, e se precisar de alguma coisa, se ficou alguma dúvida é só perguntar, que na medida do possível vou respondendo, ok. Um abraço, Gi!

14. Por fim, quantas turmas já estão formadas e quais foram as conquistas do curso em Foz do Iguaçu?

Danielle: Como te falei, nós tivemos a primeira turma em 2019 de forma presencial, com a realização de alguns eventos no decorrer do curso, fizemos uma coisa que eu achei muito interessante que foi um bingo para arrecadar dinheiro para a formatura, foi uma turma bem interessante, que correu muito bem, mas que infelizmente depois do curso não conseguiu se integrar, não conseguiu construir o SIM. Depois a gente tem a turma de 2020, a turma online, que também foi bem interessante, com um bom desenvolvimento no decorrer do curso mas que também não conseguiu se integrar, mas dessas duas turmas nós temos algumas pessoas que estão conseguindo sustentar a existência da associação, que eu já acho um super passo, a Associação das Plps da Fronteira, e porquê associação? Porque foi uma forma de criar autonomia para essas mulheres, para que o projeto não ficasse preso à minha pessoa enquanto professora da universidade, e tampouco atrelado à universidade, ou seja, aos editais de projeto

de extensão, tendo que seguir calendário específico de abrir o edital, fazer a inscrição, esperar aprovação ou não, seleção de bolsistas, eu acho essa burocracia acadêmica positiva porque torna as coisas possíveis, mas por outro lado negativa porque aprisiona, no sentido de personificar a uma pessoa, um professor, e isso é uma coisa que realmente eu não gostaria que as promotoras sofressem, porque todo personalismo é limitador, tanto que hoje eu ainda sigo no projeto mas tem outra professora da Unila que ingressou voluntariamente e que foi coordenadora da turma online. Então, o que falta mesmo é que as pessoas tenham iniciativa, que possam entrar no projeto contribuindo. Em 2021 não conseguimos, eu mesma não tive estrutura psíquica para sair da pandemia e já pensar, até porque ainda havia muitas indefinições, de como a gente deveria se portar, se já deveríamos fazer coisas presenciais ou somente online, e essa indefinição foi muito prejudicial. Agora acho que a gente tem um pouco mais de posicionamento, o curso vai voltar, de forma presencial, mas sem abrir mão de alguns encontros online, por exemplo, uma *live* ou uma conversa, ou uma aula com a coordenadora do Instituto Maria da Penha que mora em Recife, não temos como trazê-la mas podemos de repente fazer uma aula com ela. Então é nesse sentido que estamos caminhando, eu quero agradecer muito por essas perguntas, são perguntas muito bem formuladas e instigantes, que nos forçam, nos levam a pensar. Obrigada Gisele por essas perguntas que você está fazendo ao nosso projeto e espero que as respostas tenham sido a contento, um grande abraço e muito obrigada!!